EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE JUDICIAL **{{unidade\_judicial}}** DA COMARCA DE **{{comarca}}**

**PEDIDO LIMINAR**

**PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL**

**(Provimento N. 50/2008-CGJ e dos Itens 2.22.5/2.22.8 da CNGC)**

{{tipo\_procedimento}} Código: **{{num\_processo}}**

REQUERIDO: **{{requeridos}}**

O **{{parte\_autora}}**, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 127, *caput* e 129, IX, da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL COM PEDIDO LIMINAR**

em desfavor de

**{{requeridos}},** {{qualificacao\_requerido}}

pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

[**DOS FATOS**](#_trmgs16a12by) **3**

[DA RESPONSABILIDADE DO REQUERIDO NO CASO CONCRETO](#_o8xav5daag08) 4

[**DO DIREITO**](#_7o158r6a9rll) **5**

[**DA LEGITIMIDADE PASSIVA**](#_c9bjnkkmtskp) **5**

[DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA](#_3rz3twmtqsga) 7

[DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO)](#_g4wnrxkarqe) 8

[**DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO AMBIENTAL**](#_bs2jvip6aj9a) **11**

[DO DESMATAMENTO COMO ATIVIDADE POLUIDORA E SUJEITA AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL](#_2c9vpoq2or6a) 11

[DA IMPRESCRITIBILIDADE DO DANO AMBIENTAL](#_tj9vv96vstf2) 13

[**DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, INFORMADA PELA TEORIA DO RISCO INTEGRAL E OBRIGAÇÃO PROPTER REM**](#_9ppkeiy49kb8) **14**

[DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – REPARAÇÃO IN NATURA IN SITU](#_yja1rduezor7) 17

[DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA SUSCETÍVEIS E INSUSCETÍVEIS DE SUPRESSÃO](#_7ftl1lb4r16g) 19

[DA VALORAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS MATERIAIS](#_5yhkajgze9qq) 21

[DA CONVERSÃO DO VALOR IN PECUNIA EM SERVIDÃO AMBIENTAL PERPÉTUA](#_sgu374a1r2e5) 22

[DA TUTELA INIBITÓRIA – ISOLAMENTO E CESSAÇÃO DE ATIVIDADES ANTRÓPICAS NA ÁREA](#_iselwj77nsno) 34

[**DA SUSPENSÃO DOS FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS**](#_7w46snrhcu59) **43**

[**DA INSCRIÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL**](#_umku5hcnw5ci) **44**

[**DA INDISPONIBILIDADE DO IMÓVEL OBJETO DE DESMATAMENTO ILEGAL**](#_pv0zkjp0nl3w) **45**

[**DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM SEDE LIMINAR**](#_cx9nhk3jhzrt) **54**

[**DOS PEDIDOS**](#_w71rfvqsf83) **58**

[DA LIMINAR](#_eh8ora3luh3m) 58

[NO MÉRITO](#_a081w03uiqp4) 59

# 

# DOS FATOS

A presente ação se funda no Inquérito Civil Público SIMP N. **000449-061/2019**, reportando os seguintes fatos:

Segundo apurado no {{tipo\_procedimento}} N.**{{num\_processo}}** em **{{data\_fato}}**, **{{hora\_fato}}** no local **{{local\_fato}}**, nas proximidades das coordenadas **{{coordenadas}}**, o requerido **{{requeridos}}** na condição de proprietário do referido imóvel, é o responsável (poluidor) que afetou negativamente a biota, mediante a prática de **desmatamento ilegal**, praticado sem o devido licenciamento ambiental (e sem plano de ações mitigatórias, como o resgate da fauna), mesmo tendo o dever legal de fazê-lo mediante licenciamento ambiental (art. 9-A, IV, da Lei Federal 6938/1981 c/c Anexo I, item 2.2.8 do Decreto Estadual 138/2015), de **{{area\_destruida}} hectares** de {{tipo\_vegetacao}}**,** conforme constatado no {{doc\_prova\_materialidade}}, elaborado pelo órgão de fiscalização ambiental competente, a saber, {{orgao\_doc\_prova\_materialidade}}.

{{noticia\_crime}}

{{diligencia\_realizada}}

{paragrafo\_materialidade}}

Notificado, a fim de que cessasse imediatamente todo e qualquer ato de desflorestamento sem autorização dos órgãos ambientais, bem como apresentasse os esclarecimentos iniciais que julgasse cabíveis, prestigiando-se o contraditório e a ampla defesa, o requerido alegou, em síntese, que:

*“{{esclarecimentos\_requerido}}”*

As dimensões do imóvel em questão **{{area\_imovel}}** não indicam tratar-se de pequena propriedade rural ou agricultura familiar.

De fato, mera consulta a dados públicos dos imóveis da região em 2018 indicam que os imóveis rurais de Itiquira estão entre os mais valorizados. Se o imóvel em questão for avaliado com base nesses valores e nos quantitativos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) juntado, com base em dados de 2018 o imóvel em questão é avaliado em mais **{{valor\_estimado\_imovel}}**, não se tratando, pois, de ato voltado à subsistência (Fonte: <http://sistemafamato.org.br/portal/famato/arquivos/VTN_PREFEITURAS_MT_2018_E_SIC.pdf>)

Assim, o requerido é o responsável, legalmente, pela reparação do dano por ele perpetrada, que obviamente foi praticada exclusivamente em seu benefício, sem preocupação com as licenças ambientais e a observância dos percentuais de reserva legal.

Tendo causado destruição de vegetação nativa na Amazônia Legal, atingindo os biomas Cerrado e Pantanal (região das “Cabeceiras do Pantanal”), possui a obrigação de reparar o dano ambiental. Mas não só. Tendo se apropriado, particular e egoisticamente, de bem difuso – o meio ambiente – pertencente a todos, deverá indenizar a sociedade, que até o momento está a arcar apenas com os ônus da conduta do requerido, enquanto este usufrui os benefícios econômicos do uso insustentável dos recursos naturais.

Realizou-se reunião extrajudicial e tentou-se a busca de composição civil do dano ambiental amigável e em condições favoráveis ao requerido (reparação do dano ambiental “in natura” mediante servidão ambiental perpétua) – que, no entanto, restaram infrutíferas.

## DA RESPONSABILIDADE DO REQUERIDO NO CASO CONCRETO

Quanto aos requisitos necessários para a aplicação da referida teoria, por primeiro tem-se que a **ação lesiva** está perfeitamente demonstrada nos autos, porquanto os documentos comprobatórios da materialidade do fato acima citados demonstram a existência de ação lesiva.

O **nexo causal** pode ser estabelecido com a conduta da parte requerida que culminou em um resultado danoso ao meio ambiente ao explorar economicamente a área promovendo (ou aproveitando-se) do desmatamento ilegal sem o devido licenciamento perante o órgão ambiental (Sema-MT).

Assim, tendo em vista que o desmatamento (a supressão da vegetação nativa e subsequente conversão do solo para uso antropizado) **só pode ser causado por uma intervenção humana**, o nexo causal está plenamente configurado ante a demonstração de que a área desmatada é explorada economicamente pelo requerido.

E, mesmo que o desmatamento tivesse sido causado por proprietário anterior, a parte requerida não se exime de tal responsabilidade, porquanto a preservação do meio ambiente consiste em **obrigação *propter rem***, de sorte que a sua conservação ou reparação transfere-se ao adquirente do imóvel, independente de ter sido causador ou não do dano.

# DO DIREITO

## DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Nos termos da lei, especialmente do **artigo 3º, inciso IV da Lei 6938/81**, o responsável principal pelo dano ao meio ambiente é o **poluidor**, compreendido como aquele que, **direta ou indiretamente, é responsável pelas atividades causadoras da degradação ambiental**.

A legislação buscou conferir a legitimidade passiva toda amplitude possível, de modo a permitir perfeita proteção dos interesses ambientais sob tutela contra os atos de quem quer que os vulnere.

Desse modo, ainda que não fosse a parte requerida o causador direto dos danos ambientais a que se refere a presente ação, ela é parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda, **na qualidade de proprietário/possuidor da área destruição/danificada**, pois a **obrigação de reparar os danos ambientais possui natureza *propter rem*, ou seja, adere a própria coisa, obrigando quem quer que a detenha.** Nesse sentido:

*“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. INSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL.* ***IRRELEVÂNCIA DE HAVER OU NÃO ANTERIOR DESMATAMENTO ADQUIRENTE DO IMÓVEL****. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto em face de acórdão que declarou AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MEIO AMBIENTE - INSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA -* ***IRRELEVÂNCIA DE HAVER OU NÃO ANTERIOR DESMATAMENTO OBRIGAÇÃO "PROPTER REM"*** *- SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. (...)* ***A obrigação de reparação dos danos ambientais é propter rem, por isso que a Lei 8.171/91 vigora para todos os proprietários rurais, ainda que não sejam eles os responsáveis por eventuais desmatamentos anteriores*** *(...)* ***Nenhum dos poderes da República, ninguém, está autorizado, moral e constitucionalmente, a concordar ou a praticar uma transação que acarrete a perda de chance de vida e de saúde das gerações****" in Direito Ambiental Brasileiro, Malheiros Editores, 12ª ed., 2004, p. 326-327. 4.* ***A Constituição Federal consagra em seu art. 186 que a função social da propriedade rural é cumprida quando atende, seguindo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, a requisitos certos, entre os quais o de "utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente****" (...)* ***Aquele que perpetua a lesão ao meio ambiente cometida por outrem está, ele mesmo, praticando o ilícito****.* ***A obrigação de conservação é automaticamente transferida do alienante ao adquirente, independentemente deste último ter responsabilidade pelo dano ambiental****. (...)”* (STJ - Ag: 1237641, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Publicação: DJe 09/12/2009)

No mesmo sentido é a jurisprudência do E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - ILEGITIMIDADE PASSIVA - MULTA DECORRENTE DE AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO POSTERIORMENTE À ALIENAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PROPTER REM - COMPROVAÇÃO DE QUE O AGRAVANTE CONCORREU DE FORMA OMISSIVA PARA OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. Em se tratando de dano ambiental* ***a responsabilidade é objetiva e acompanha a propriedade, ou seja, propter rem****, entretanto, o fato do Auto de Infração ter sido lavrado posteriormente à venda da propriedade rural, não obsta a responsabilidade do Agravante quando ficar demonstrado que de alguma forma ele contribuiu para sua prática. Inteligência do artigo 95, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº. 35/95. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.”* (TJ-MT - AI: 00009965120098110082 21543/2011, Relator: DES. JOSÉ TADEU CURY, Data de Julgamento: 24/05/2011, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/06/2011 - grifamos)

## 

## DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

A outro giro, a responsabilidade ambiental, além de ser objetiva, é **solidária e ilimitada**. Não é outro o entendimento do **Superior Tribunal de Justiça**, *in verbis*:

*(…) A ação civil pública por danos ambientais dá ensejo a* ***litisconsórcio facultativo*** *entre os vários degradadores,* ***diretos e indiretos,*** *por se tratar de responsabilidade civil objetiva e* ***solidária****, podendo ser proposta contra o poluidor, responsável direta ou indiretamente pela atividade causadora de degradação ambiental e contra os co-obrigados solidariamente à indenização. A ausência de formação do litisconsórcio facultativo não tem a faculdade de acarretar a nulidade do processo. Agravo regimental improvido”.* (STJ - AgRg no AREsp 224.572/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 11/10/2013) grifamos

É de bom alvitre esclarecermos que **incide sobre todos aqueles que direta ou indiretamente causaram ou aproveitaram-se da degradação ambiental**, isto é, responde pelo dano ambiental os agentes primários pelos atos ilícitos, os terceiros adquirentes de propriedades rurais e seus ocupantes, em razão da responsabilidade solidária por dano ambiental.

Assim, a responsabilidade pelos danos causados independe de prévio ajuste entre os poluidores, podendo-se demandar um, alguns ou todos os responsáveis, em litisconsórcio facultativo. É o que se infere do disposto no [artigo 3º, IV, da Lei 6.938/1981](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11334380/inciso-iv-do-artigo-3-da-lei-n-6938-de-31-de-agosto-de-1981), que disciplina a responsabilidade das pessoas envolvidas no ato contra o meio ambiente.

## DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO)

Consigne-se que a presente ação é escorada em **{{doc\_prova\_materialidade}}**, documentos esses que, por serem lavrados por agente administrativo no efetivo exercício de suas funções, é submetido aos princípios administrativos da presunção de veracidade e legalidade. Essa presunção, que milita em favor do ato e que dispensa a produção de maior prova (art. 374, IV, do CPC), deve ser atacada pela parte contrária.

Não obstante, tendo em vista que o proprietário ou possuidor reúne maiores informações sobre as atividades que ele, no isolamento de seu imóvel rural e distante dos órgãos de fiscalização praticou, o *Parquet* requer a inversão do ônus da prova com base no **princípio da precaução.**

Isso porque, mesmo que haja incertezas científicas em relação à prova documental apresentada, baseada em sensoriamento remoto, esta deve ser resolvida a favor do meio ambiente, cabendo, diante das evidências apresentadas pelo Ministério Público, ao requerido demonstrar que não causou o dano ambiental e poluição na extensão aferida pelo *Parquet*, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

*“Assim,* ***a incerteza científica milita em favor do meio ambiente*** *e da saúde (in dubio pro natura ou salute). […]* ***É com base no princípio da precaução que a parte da doutrina sustenta a possibilidade de inversão do ônus da prova nas demandas ambientais, carreando ao réu (suposto poluidor) a obrigação de provar que a sua atividade não é perigosa nem poluidora,*** *[…]. Inclusive esta tese foi recepcionada pelo STJ no segundo semestre de 2009 (REsp 972.902-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 25.08.2009)* (Direito Ambiental Esquematizado, Frederico Amado, Editora Método, 3ª Ed., 2012, p. 54 - grifamos)

*“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E* ***DIREITO AMBIENTAL.*** *USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL.* ***PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO.*** *PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. (...)* ***O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região.*** *(...)”* (STJ, AgRg no AREsp 183202/SP, Terceira Turma, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, data do julgamento 10/11/2015, DJe 13/11/2015) grifamos

Além da possibilidade de inversão do ônus da prova com base nos princípios da precaução/prevenção, também é possível e necessária tal medida por meio da aplicação subsidiária do Código de Defesa do Consumidor, que em seu art. 6º, VIII. E é consabido que tal norma é aplicável a todo o ***Microssistema de Tutela Coletiva*** por força do art. 21 da Lei de Ação Civil Pública. Esse, aliás, é o entendimento é pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

*“PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL. CONTAMINAÇÃO COM MERCÚRIO. ART. 333 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ÔNUS DINÂMICO DA PROVA. CAMPO DE APLICAÇÃO DOS ARTS. 6º, VIII, E 117 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.* ***POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ONUS PROBANDI NO DIREITO AMBIENTAL. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO NATURA.*** *1.(...) Como corolário do princípio in dubio pro natura,* ***"Justifica-se a inversão do ônus da prova, transferindo para o empreendedor da atividade potencialmente perigosa o ônus de demonstrar a segurança do empreendimento, a partir da interpretação do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/1990 c/c o art. 21 da Lei 7.347/1985, conjugado ao Princípio Ambiental da Precaução****" (REsp 972.902/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 14.9.2009), técnica que sujeita aquele que supostamente gerou o dano ambiental a comprovar "que não o causou ou que a substância lançada ao meio ambiente não lhe é potencialmente lesiva" (REsp 1.060.753/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 14.12.2009). 7.* ***A inversão do ônus da prova, prevista no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, contém comando normativo estritamente processual, o que a põe sob o campo de aplicação do art. 117 do mesmo estatuto, fazendo-a valer, universalmente, em todos os domínios da Ação Civil Pública, e não só nas relações de consumo.*** *(REsp 1049822/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 18.5.2009). (...) 10. Recurso Especial não provido.”* (STJ, REsp 883656/RS, Segunda Turma, Relator Min. Herman Benjamin, data do Julgamento 09/03/2010, DJe 28/02/2012 - grifamos)

## DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO AMBIENTAL

## DO DESMATAMENTO COMO ATIVIDADE POLUIDORA E SUJEITA AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O desmatamento é atividade sujeita ao licenciamento ambiental[[1]](#footnote-0) como decorrência do disposto no art. 9-A, IV, da Lei Federal 6938/1981, que prevê que **a obrigatoriedade do licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras**.

O Decreto Estadual 138/2015, que regulamenta a cobrança de taxas decorrentes da fiscalização ambiental, traz no item 2.2.8 de seu Anexo I ("Relação de Atividades Passíveis de Licenciamento") a previsão do "**Desmatamento – Limpeza de Terreno para Uso Alternativo do Solo**" **como atividade com "Potencial Poluidor/Degradador"**, classificando-a como de **nível "A" (isto é, alto potencial poluidor)**, não deixando dúvidas, portanto, **da obrigatoriedade do licenciamento desta atividade**.

A autorização para supressão total ou parcial da vegetação nativa e conversão do uso do solo está prevista no art. 22 da Lei Complementar Estadual N° 233/2005.

E o licenciamento ambiental visa, exatamente, cingir a ação do poluidor **a determinadas condicionantes que visam mitigar o impacto ambiental**.

No caso do desmatamento ilegal, tais medidas envolvem, por exemplo, o resgate da fauna silvestre (a fim evitar a morte de animais em seus ninhos ou tocas, muitos dos quais ameaçados de extinção), a preservação das árvores imunes ao corte (tais como o pequizeiro, a castanheira, a seringueira, dentre várias outras), bem como o respeito aos limites máximos a que o Estado de Mato Grosso comprometeu-se a tolerar de desmatamento, como decorrência de acordos internacionais, tais como a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil frente ao Acordo do Clima de Paris, além de outros programas que beneficiam financeiramente o Estado de Mato Grosso pela redução do desmatamento[[2]](#footnote-1).

Além disso, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "*(...) a flora nativa, no caso de supressão, encontra-se uniformemente protegida pela exigência de prévia e válida autorização do órgão ambiental competente, qualquer que seja o seu bioma, localização, tipologia ou estado de conservação*". Confira-se:

*“ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL.* ***AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA (CERRADO) SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL****. DANOS CAUSADOS À BIOTA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 4º, VII, E 14, § 1º, DA LEI 6.938/1981, E DO ART. 3º DA LEI 7.347/85. PRINCÍPIOS DA REPARAÇÃO INTEGRAL, DO POLUIDOR-PAGADOR E DO USUÁRIO-PAGADOR. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (REPARAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA) E DE PAGAR QUANTIA CERTA (INDENIZAÇÃO). REDUCTION AD PRISTINUM STATUM. DANO AMBIENTAL INTERMEDIÁRIO, RESIDUAL E MORAL COLETIVO. ART. 5º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL. INTERPRETAÇÃO IN DUBIO PRO NATURA DA NORMA AMBIENTAL. (...) 11. No âmbito específico da responsabilidade civil do agente por desmatamento ilegal, irrelevante se a vegetação nativa lesada integra, ou não, Área de Preservação Permanente, Reserva Legal ou Unidade de Conservação, porquanto, com o dever de reparar o dano causado, o que se salvaguarda não é a localização ou topografia do bem ambiental, mas a flora brasileira em si mesma, decorrência dos excepcionais e insubstituíveis serviços ecológicos que presta à vida planetária, em todos os seus matizes. 12. De acordo com o Código Florestal brasileiro (tanto o de 1965, como o atual, a Lei 12.651 , de 25.5.2012) e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81),* ***a flora nativa, no caso de supressão, encontra-se uniformemente protegida pela exigência de prévia e válida autorização do órgão ambiental competente, qualquer que seja o seu bioma, localização, tipologia ou estado de conservação*** *(primária ou secundária).”* (...) (STJ - REsp: 1198727 MG 2010/0111349-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/08/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2013) (g.n.)

Em outro notável julgado do Superior Tribunal de Justiça, em precedente a seguir discutido cujo fato em análise envolvia a queima controlada e autorizada pelo órgão ambiental, o Ministro OG FERNANDES consignou que "**não é necessário ser um cientista e especialista no tema para afirmar que a queimada da cana-de-açúcar causa poluição atmosférica e contribui para o famigerado efeito estufa e aquecimento global**" (STJ - AREsp: 1323104 GO 2018/0168032-2, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Publicação: DJ 04/10/2018 - g.n.).

Ora, com muito mais razão de ser, o desmatamento ilegal seguido ou não de queimadas em vegetação nativa ou de leiras formadas pelos resíduos de vegetação nativa, também "causa poluição atmosférica e contribui para o famigerado efeito estufa e aquecimento global", inclusive porque a própria decomposição da matéria orgânica decorrente da supressão de vegetação é fonte de CO2.

## DA IMPRESCRITIBILIDADE DO DANO AMBIENTAL

É pacífico o entendimento do **Superior Tribunal de Justiça** de que é **imprescritível** a pretensão reparatória de dano ambiental, porquanto inclui-se dentre os direitos indisponíveis e, enquanto não cessada a sua causa e procedida a devida reparação, renova-se a cada dia. Nesse sentido:

*"(…)* ***O direito ao pedido de reparação de danos ambientais, dentro da logicidade hermenêutica, está protegido pelo manto da imprescritibilidade, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial à afirmação dos povos, independentemente de não estar expresso em texto legal.*** *7. Em matéria de prescrição cumpre distinguir qual o bem jurídico tutelado: se eminentemente privado seguem-se os prazos normais das ações indenizatórias;* ***se o bem jurídico é indisponível, fundamental, antecedendo a todos os demais direitos, pois sem ele não há vida, nem saúde, nem trabalho, nem lazer, considera-se imprescritível o direito à reparação.*** *8.* ***O dano ambiental inclui-se dentre os direitos indisponíveis e como tal está dentre os poucos acobertados pelo manto da imprescritibilidade a ação que visa reparar o dano ambiental."***(STJ, REsp 1120117/AC, Segunda Turma, Relatora Min. Eliana Calmon, data do julgamento 10/11/2009, DJe 19/11/2009)

Tem-se, pois, que a pretensão ministerial não se encontra prescrita, já que coberta pelo "manto da imprescritibilidade".

## DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, INFORMADA PELA TEORIA DO RISCO INTEGRAL E OBRIGAÇÃO *PROPTER REM*

A responsabilidade civil na seara ambiental é **objetiva**, ou seja, não depende da prova de culpa (art. 14, § 1º, da Lei 6.938, de 1981).

Assim sendo, basta a existência da **ação lesiva**, o **prejuízo** e o **nexo** entre **a fonte poluidora** ou **degradadora** para a existência do dever de reparação.

Além disso, adota-se, na esfera civil, a **Teoria do Risco Integral**, já consagrada da legislação, doutrina e jurisprudência, a qual afasta as excludentes da responsabilidade civil, ou seja, nem o caso fortuito, nem a força maior, nem a culpa exclusiva da vítima podem afastar o dever de reparar o meio ambiente. O pressuposto desta teoria é que quem explora atividade econômica se coloca na posição de garantidor, devendo assim assumir os riscos para com a saúde e o meio ambiente, e decorre da conjugação do princípio da prevenção e do poluidor-pagador. Nesse sentido, é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

*"(...)* ***É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que, nos danos ambientais, incide a teoria do risco integral****, advindo daí o caráter objetivo da responsabilidade, com expressa previsão constitucional (art. 225, § 3º, da CF) e legal (art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981),* ***sendo, por conseguinte, descabida a alegação de excludentes de responsabilidade, bastando, para tanto, a ocorrência de resultado prejudicial ao homem e ao ambiente advinda de uma ação ou omissão do responsável****. 4. A premissa firmada pela Corte de origem, de existência de relação de causa e efeito entre o rompimento da barragem - com o vazamento de 2 bilhões de litros de dejetos de bauxita e o transbordamento do Rio Muriaé -, e o resultado danoso sofrido pela recorrida com a inundação de sua casa pela lama, é inafastável sem o reexame da matéria fática, procedimento vedado em recurso especial. Aplicação da Súmula 7/STJ. (...)”* (STJ - REsp: 1374342 MG 2012/0179643-6, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 10/09/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/09/2013)

Essa responsabilização **não tem a função de punir o poluidor**, **mas sim de reparar integralmente o meio ambiente degradado** (a função punitiva, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, cabe à esfera administrativa e penal).

Não pode, no entanto, a reparação, permitir o enriquecimento ilícito às custas da degradação do meio ambiente e do direito da coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, colaciona-se o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

*“(...) 7. A recusa de aplicação ou aplicação parcial dos princípios do poluidor-pagador e da reparação in integrum* ***arrisca projetar, moral e socialmente, a nociva impressão de que o ilícito ambiental compensa. Daí a resposta administrativa e judicial não passar de aceitável e gerenciável "risco ou custo do negócio", acarretando o enfraquecimento do caráter dissuasório da proteção legal****, verdadeiro estímulo para que* ***outros, inspirados no exemplo de impunidade de fato, mesmo que não de direito, do infrator premiado, imitem ou repitam seu comportamento deletério****. (...) 10. Essa degradação transitória, remanescente ou reflexa do meio ambiente inclui: a) o prejuízo ecológico que medeia, temporalmente, o instante da ação ou omissão danosa e o pleno restabelecimento ou recomposição da biota, vale dizer, o hiato passadiço de deterioração, total ou parcial, na fruição do bem de uso comum do povo (= dano interino ou intermediário), algo frequente na hipótese, p. ex., em que o comando judicial, restritivamente, se satisfaz com a exclusiva regeneração natural e a perder de vista da flora ilegalmente suprimida, b) a ruína ambiental que subsista ou perdure, não obstante todos os esforços de restauração (= dano residual ou permanente), e c) o dano moral coletivo.* ***Também deve ser reembolsado ao patrimônio público e à coletividade o proveito econômico do agente com a atividade ou empreendimento degradador, a mais-valia ecológica ilícita que auferiu (p. ex., madeira ou minério retirados irregularmente da área degradada ou benefício com seu uso espúrio para fim agrossilvopastoril, turístico, comercial)****. (...)”* (STJ - REsp: 1198727 MG 2010/0111349-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/08/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2013)

Além disso, a obrigação de reparar o dano ambiental caracteriza-se **como *propter rem* e acompanha a coisa (no caso, imóvel rural), ainda que haja sua alienação**. Neste sentido:

*“APELAÇÃO CÍVEL –* ***AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANOS AMBIENTAIS – DESMATAMENTO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – DEVER DE REPARAR*** *– RECURSO DESPROVIDO. Na linha do estatuído nos arts. 225, 170, inciso VI, e 186, II, da Constituição Federal, o art. 4º da Lei 6.938/1981 dispõe que a Política Nacional do Meio Ambiente se norteará pelos princípios do poluidor-pagador, do usuário-pagador e da reparação integral do dano.* ***A responsabilidade ambiental é objetiva, independendo, portanto, de dolo ou culpa. Esta assertiva está assentada no direito ambiental desde o advento da Lei Federal n. 6.938/81 (Art. 4º, § 1º), bastando para o êxito do pedido, a caracterização de três requisitos: autoria; o liame de causa e efeito; e a demonstração do impacto ambiental causado****.”* (Ap 81013/2014, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 30/06/2015, Publicado no DJE 10/07/2015 - grifamos)

{% if tese\_desmatamento\_veg\_sec\_area\_consolidada %}

{{p desmatamento\_vegetacao\_secundaria}}

{% endif %}

### DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – REPARAÇÃO *IN NATURA* *IN SITU*

A Política Nacional do Meio Ambiente tem como norte os princípios do poluidor pagador, do usuário pagador e da **reparação *in integrum*,** concretizados por meio da obrigação de recuperar o dano ambiental; indenizar os prejuízos sofridos pelas vítimas e pela biota afetada; e pagar pelos serviços ambientais retirados da Natureza. Nesse sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme o seguinte precedente:

*(...) 8. A responsabilidade civil ambiental deve ser compreendida o mais amplamente possível, de modo que a condenação a recuperar a área prejudicada não exclua o dever de indenizar - juízos retrospectivo e prospectivo. 9. Nas demandas ambientais,* ***por força dos princípios do poluidor-pagador e da reparação in integrum, admite-se a condenação do réu, simultânea e agregadamente, em obrigação de fazer, não fazer e indenizar****. Aí se encontra típica obrigação cumulativa ou conjuntiva. Assim, na interpretação dos arts. 4º, VII, e 14, § 1º, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), e do art. 3º da Lei 7.347/85, a conjunção "ou" opera com valor aditivo, não introduz alternativa excludente. Essa posição jurisprudencial leva em conta que o dano ambiental é multifacetário (ética, temporal, ecológica e patrimonialmente falando, sensível ainda à diversidade do vasto universo de vítimas, que vão do indivíduo isolado à coletividade, às gerações futuras e aos próprios processos ecológicos em si mesmos considerados). (...).”* (STJ - REsp: 1198727 MG 2010/0111349-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/08/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2013)

O **princípio da reparação integral do dano ambiental** permite a cumulação de obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar com o fim de **responsabilização do agente por todos os efeitos decorrentes da conduta lesiva**. A obrigação de **recuperação *in natura*** do bem degradado deve ser cumulada simultaneamente com obrigação de **indenizar** pelos **danos** **extrapatrimoniais** e **abstenção de uso e nova lesão** (obrigação de não fazer).

Ressalta-se, por oportuno, que, ainda que a reparação ***in natura*** seja possível, é cabível a reparação dos danos materiais resultantes do **lapso de tempo até a efetiva restauração ecossistema degradado**, o que certamente compromete a qualidade de vida e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**É cabível, ainda, a reparação do dano extrapatrimonial, em razão da ofensa a um direito coletivo, inclusive em razão da repercussão danosa que o desmatamento ilegal traz para toda a cadeia produtiva brasileira, além de manchar a reputação do Estado de Mato Grosso e do Brasil, com frequentes manchetes de repercussão nacional e internacional.**

O dano ambiental deve, sempre que possível, ser objeto da reparação *in natura, in situ* e *in integrum*. Quem poluiu deve despoluir e a reparação *in pecunia* é reservada para aquelas hipóteses em que não é possível a restituição do bem natural destruído ou degradado.

Desta feita, deve o requerido ser obrigado a reparar o dano ambiental causado, consistindo na reconstituição da vegetação, com fim de que se restabeleça a sua função ambiental de manutenção do equilíbrio ecológico, mediante a elaboração de **Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), inclusive para fins de reincorporação das milhares de toneladas de gás carbônico lançadas na atmosfera em razão da decomposição (e/ou queima ilegal de resíduos) da vegetação suprimida.**

Após a imposição do dever de recuperação *in natura* do dano ambiental, que deve ser realizada de acordo com as normas técnicas exigidas pelo órgão público competente (art. 225, §2º, da Constituição Federal), será imprescindível a apresentação e execução do PRADA, a fim de viabilizar a medida e torná-la mais eficiente.

No tocante à obrigação de reparar, deve ser distinguida a área suscetível de desmatamento das áreas protegidas por lei (Área de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente e áreas de uso restrito).

No tocante às áreas insuscetíveis de supressão (ARL e APP), estas devem ser integralmente reparadas.

### DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA SUSCETÍVEIS E INSUSCETÍVEIS DE SUPRESSÃO

No tocante às áreas suscetíveis de supressão mediante licenciamento, entende-se que resta ao proprietário duas opções: ou repará-las integralmente (reparação "in natura", que é a primeira opção do nosso ordenamento jurídico) ou, caso não seja condenado a repará-las, a regularização do desmatamento ilegal junto ao órgão ambiental competente **e o pagamento de indenização decorrente do dano ambiental provocado pela ausência de ações mitigatórias (resgate da fauna e preservação de espécies arbóreas imunes ao corte)** e, ainda, da prática do desmatamento em desconformidade com a Polícia Estadual de Meio Ambiente, já que o Estado de Mato Grosso, em razão de seus compromissos internacionais e obrigações constitucionais, poderia autorizar ou não o desmatamento em questão (não existe um direito adquirido a poluir ou a desmatar, já que a atividade é pendente de licenciamento e o Estado de Mato Grosso e a União possuem compromissos internos e internacionais a respeito do assunto).

**DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR – INDENIZAÇÃO *IN PECUNIA***

Como já visto acima, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é perfeitamente possível o pedido de reparação pelos danos materiais difusos cumulado com o pedido de reparação *in natura.*

O pagamento de indenização pelos **danos materiais** nada mais é do que a compensação em pecúnia pelos **danos ambientais não passíveis de recuperação**, vez que, não obstante todos os esforços de restauração ao *status quo*, **sempre haverá dano residual ou permanente, como, por exemplo, a morte de animais, a perda ou redução da flora, a ausência dos serviços ecossistêmicos, as emissões de carbono, etc.**

Assim, caso não haja a reparação do dano "in natura" e no local do dano (a primeira opção), deve a parte requerida arcar com indenização proporcional aos danos ambientais provocados para a toda coletividade que será privada dos serviços prestados pelo meio ambiente natural.

Os serviços ecossistêmicos, grosso modo, são os benefícios prestados direta e indiretamente pelo ecossistema, tais como fornecimento de água e ar puros, regulação do clima, a proteção contra desastres naturais, controle da erosão, polinização das plantas necessárias à agricultura, fertilização do solo, reciclagem de nutrientes, controle de pragas, etc.

Por certo, o desflorestamento implica necessariamente em perda dos serviços ecossistêmicos, o que implica na redução da biodiversidade da flora e fauna nativa, na contribuição para o aquecimento global, no prejuízo ao regime de chuvas, na redução da umidade relativa do ar, etc.

**Do ponto de vista ecológico, todos os danos ambientais são irreversíveis, sendo a reparação integral é um ideal jurídico. Sendo assim, a reparação jurídica integral impõe o pagamento de uma indenização que encerre a maior parte dos valores associados aos danos irrecuperáveis.**

Por fim, ante a impossibilidade de recomposição de diversos danos à natureza e a essencialidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado, qualquer resultado de valoração em pecúnia de um bem ou de recurso ambiental será sempre inferior ao seu real valor. Basta pensar quanto vale uma espécie animal extinta, ou mesmo como seria a vida no planeta sem água.

### 

### DA VALORAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS MATERIAIS

Existem diversos métodos objetivos para a valoração do dano ambiental, podendo muitos deles serem encontrados na obra *Valoração do Dano Ambiental: Casos Aplicados ao Estado de Mato Grosso*[[3]](#footnote-2).

Asmetodologias para valoração do dano ambiental em pecúnia utilizam diversos critérios objetivos, como, por exemplo, o número de hectares desmatados, o índice de impacto ecossistêmico e o custo de reflorestamento por hectare (valor da muda, abertura das covas, plantio, correção e adubação do solo, etc).

No presente caso, utilizou-se o método de **{{metodo\_valoracao\_dano\_ambiental}}**, obtendo-se o valor de **{{valor\_dano\_ambiental\_material}}** de dano ambiental material **e {{valor\_dano\_extrapatrimonial}}** de dano extrapatrimonial, totalizando **{{valor\_total\_dano\_ambiental}}**

O referido método está descrito de forma detalhada na citada obra *Valoração do Dano Ambiental: Casos aplicados ao Estado de Mato Grosso* disponível, com referência às fórmulas e fundamentos teóricos.

Outros métodos existem e podem ser utilizados desde que constem com o devido embasamento em metodologia científica, por se tratar de método destinado a valoração dos danos materiais (objetivos).

## DA CONVERSÃO DO VALOR *IN PECUNIA* EM SERVIDÃO AMBIENTAL PERPÉTUA

Uma alternativa que se abre à parte requerida é a conversão da maior parte do valor monetário *in pecunia* em **reparação *in natura in situ*,** mediantea instituição de servidão ambiental perpétua na própria área desmatada ou em outro imóvel no mesmo município.

Esta, inclusive, seria a melhor alternativa para reparação dos efeitos climáticos decorrentes do desmatamento ilegal (isto é, a contribuição para o aquecimento global).

De fato, estudos demonstram que o retorno dos estoques de carbono em áreas de vegetação nativa tropicais podem levar aproximadamente **80 anos após a perturbação da floresta primária, a biodiversidade faunística cerca de 150 anos e a biodiversidade florística mais de 100 anos**.

Oferece-se como alternativa ao pagamento "in pecunia" **a instituição de servidão ambiental perpétua (art. 9º-A da Lei 6.938/81), com a mesma proteção de unidade de conservação de proteção integral Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme disposto no art. 21, §2º, da Lei 9.985/2000**, vedada a emissão de Cota de Reserva Ambiental pelo prazo de 30 anos (pois, do contrário, outra área poderia deixar de ser restaurada, anulando-se a vantajosidade da presente alternativa).

Assim, o *Parquet* faculta à parte requerida poder oferecer, em sede de eventual acordo, a área em que se realizou o desmatamento ilegal fora das áreas legalmente protegidas destruídas ou degradadas (APP e ARL e Áreas de Conservação Permanente do Pantanal[[4]](#footnote-3)) como pagamento pelo dano ambiental, instituindo-se **servidão ambiental perpétua,** evitando-se, assim, o pagamento "in pecunia" dos danos ambientais materiais.

A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN (Art. 9º-B, § 2º, da Lei 6.938/81). Além disso, o proprietário poderá comercializar Cota de Reserva Ambiental - CRA, título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação (art. 44, I, da Lei 12.651/12), após o prazo estipulado.

**DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS**

Ainda que ocorresse a recuperação *in natura* **apenas da área degradada,** tal medida não seria suficiente para restabelecer a integralidade do bem ambiental degradado, reclamando outras providências para tanto, na seara da responsabilização civil. Nesta linha de entendimento, o **Superior Tribunal de Justiça** consolidou diretriz segundo a qual:

*“****A restauração in natura nem sempre é suficiente para reverter ou recompor integralmente, no terreno da responsabilidade civil, o dano ambiental causado, daí não exaurir o universo dos deveres associados aos princípios do poluidor-pagador e da reparação in integrum****”* (Resp 1180078/ MG – Ministro HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA - DJe 28/02/2012 - grifamos)

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)[[5]](#footnote-4), entre os anos de 2000 e 2005, o Brasil registrou a maior perda de floresta nativa em todo o mundo, mais de 40% de todo o desmatamento registrado no planeta ocorreu em terras brasileiras. Nesse período, segundo o relatório, o país perdeu uma média de 31 mil km² de florestas a cada ano, incluindo todos os biomas brasileiros. Em cinco anos, uma área do tamanho do estado do Acre teria sido desmatada no Brasil, pouco mais de 150 mil km².

De acordo com matéria jornalística publicada no Diário de Cuiabá, em 5 de novembro de 2016, “**Mato Grosso continua sendo um dos estados que mais desmatam**, com registro de aumento de 190% no desmatamento entre os meses de fevereiro e março de 2016, quando foram derrubados 172 km² de áreas florestais, em comparação com o mesmo período do ano passado.”[[6]](#footnote-5)

Segundo relatório [*O Estado das Florestas do Mundo 2016*](http://www.fao.org/3/a-i5588s.pdf)[[7]](#footnote-6), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a expansão de pastos foi o principal fator para desmatamento na América Latina.

*“Segundo o estudo, entre 1990 e 2005, 71% do desmatamento na Argentina, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela e Brasil foi devido a demanda de pastos; 14% os cultivos comerciais, e menos de 2% infraestrutura e expansão urbana. A expansão dos pastos causou a perda de ao menos um terço das florestas em seis países analisados. Na Argentina, a expansão dos pastos foi responsável por 45% do desmatamento e a expansão de terras de cultivo comerciais respondeu por mais de 43%. No Brasil, mais de 80% do desmatamento estava ligado à conversão de terras em terrenos de pasto.[[8]](#footnote-7)”*

Em relação à perda de serviços ambientais, o desmatamento é considerado um dos principais impactos ambientais gerados pelas atividades humanas, **pois não se trata de mero crime contra a flora** pois interfere no equilíbrio natural da natureza, trazendo **impactos para a atmosfera, biosfera, litosfera e hidrosfera. As principais consequências do desflorestamento são a perda da biodiversidade, degradação do *habitat*, modificação do clima mundial, perda do ciclo hidrológico e impactos sociais.** Trata-se, pois de um ilícito que abala todo o ecossistema regional, e, ainda, é a principal causa que contribuir para as mudanças climáticas abruptas.

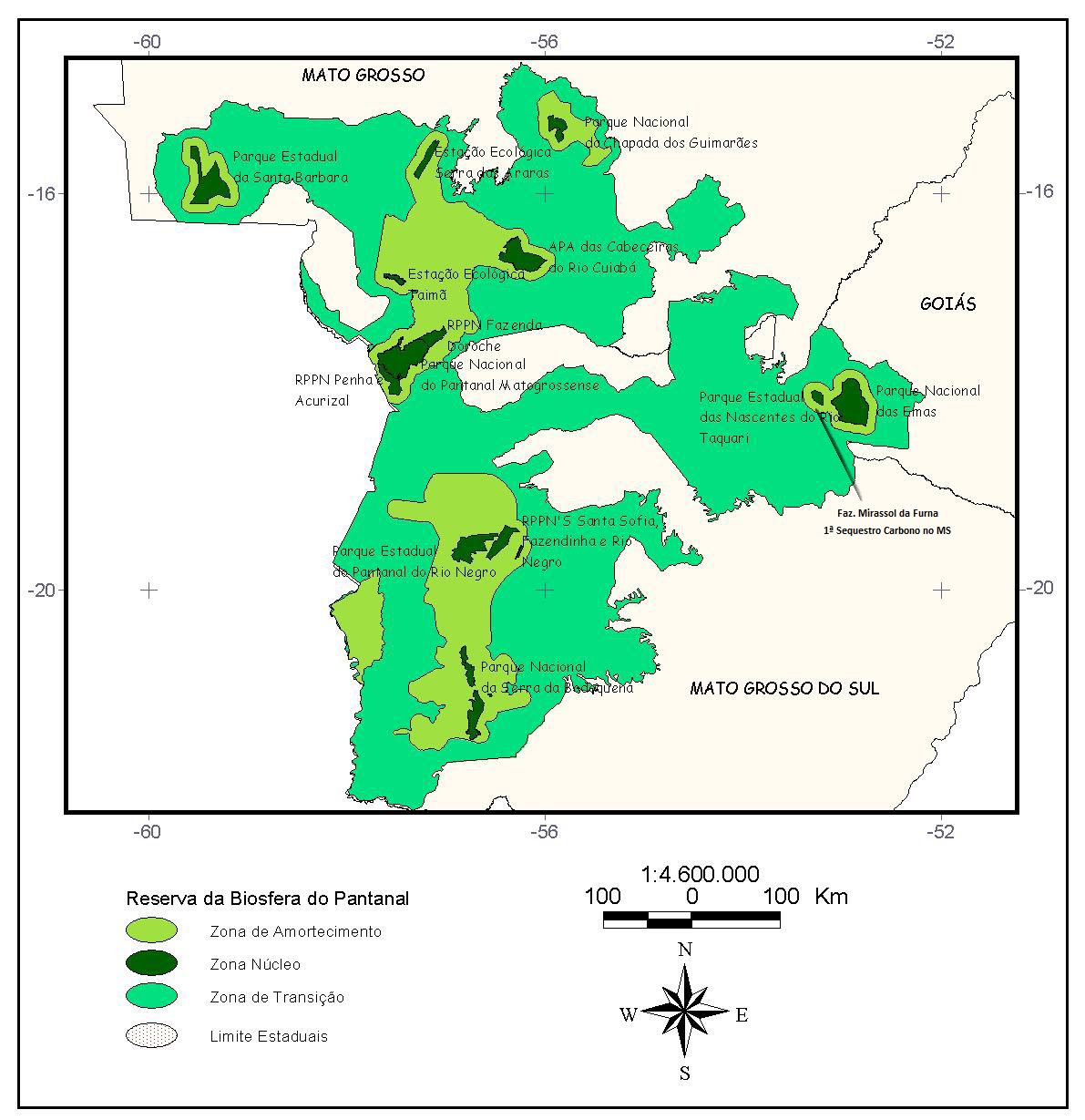
De fato, **o desmatamento ilegal no Brasil é, por si só, responsável por 35% das emissões brasileiras**, **sendo a maior causa brasileira para a emissão de gases do efeito estufa (maior, por exemplo, que as emissões decorrentes de toda a frota nacional de veículos automotores!)**. Somada ao uso das áreas ilegalmente desflorestadas para o uso da pecuária na Amazônia Legal, esse percentual atinge 49% das emissões brasileiras de gases que contribuem para o aquecimento global[[9]](#footnote-8).

E a contribuição do desmatamento em tela para o aquecimento Global não pode ser negligenciada. Segundo o informe acadêmico do Future of Humanity Institute da Universidade de Oxford denominado *EXISTENTIAL RISK: DIPLOMACY AND GOVERNANCE GLOBAL PRIORITIES PROJECT 2017*[[10]](#footnote-9):

*"(...) É impossível dizer com confiança em que ponto o aquecimento global se tornará suficientemente grave para representar uma ameaça existencial [à Humanidade]. A pesquisa sugeriu que o aquecimento de 11-12°C tornaria a maior parte do planeta inabitável e devastaria completamente a agricultura. Isso representaria uma ameaça extrema à civilização humana como a conhecemos. O aquecimento de cerca de 7°C ou mais poderia potencialmente produzir conflitos e instabilidade em tal escala que os efeitos indiretos poderiam ser um risco existencial (...)."*

*In casu*, verifica-se que a degradação ambiental decorreu em razão do **desmatamento em área de vegetação nativa localizada na Amazônia Legal, região objeto de especial proteção,** inclusive com percentuais distintos (maiores) de reserva legal do que o restante do país, no bioma **Pantanal**.

O **município de Itiquira** está localizado na região sudeste do estado de Mato Grosso e pertence à Amazônia Legal. Apesar de não haver presença da floresta amazônica em seu território, apresenta parte dos biomas Cerrado e Pantanal, **estando inserido na chamada** **"Reserva da Biosfera" do Pantanal da UNESCO**.



O Pantanal Mato-grossense, a maior planície alagável do mundo, também é classificado como **patrimônio nacional objeto de especial proteção** pela Constituição da República Federativa do Brasil (art. 225, §4º):

"§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, **o Pantanal Mato-Grossense** e a Zona Costeira **são patrimônio nacional**, e **sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais**."

Sabe-se que as queimadas e o desmatamento ilegal na Amazônia Legal (região da qual todo o Estado de Mato Grosso faz parte) **provocam comoção social entre os brasileiros e a comunidade internacional**, como se pode perceber pela grande repercussão gerada pelo aumento das queimadas seguido da ausência de fiscalização efetiva ocorridos nos meses de julho e agosto de 2019. O resultado foi uma onda de protestos por todo o mundo.





Assim, resta claro que os atos ilícitos praticados pelo REQUERIDO, **além de destruírem um dos ecossistemas mais delicados e protegidos do mundo, também causa prejuízos à coletividade dos brasileiros, gerando revolta, frustração e, ainda, causando prejuízo a imagem do Brasil, dos produtos brasileiros e dos próprios brasileiros no exterior**, conforme comprova a onda de atos de vandalismo a embaixadas e consulados brasileiros em diversos lugares (Zurique, Londres, Berlim, dentre outros) em 2019 em razão do aumento das queimadas na Amazônia Legal (região que inclui o Estado de Mato Grosso).

Desta forma, necessária se faz a responsabilização do requerido por dano moral, de forma cumulativa, nos termos da Súmula n. 37 do STJ, *in verbis*: **“são cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.”**

Corroborando a tese ora esposada, os tribunais pátrios admitem a reparação do dano moral ambiental em caráter coletivo. Nesse sentido:

*“Ação Civil Pública. Meio Ambiente. Dano Patrimonial e Dano Moral Coletivo. Reparação. Procedência. 1. A responsabilidade pelos atos que desrespeitam as normas ambientais é objetiva, não perquirindo quanto à culpa (Lei nº 6.938/81). Portanto, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a* ***indenizar ou reparar os danos patrimoniais e extrapatrimoniais (morais) causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.*** *(...) O meio ambiente integra inegavelmente a categoria de interesse difuso, posto inapropriável uti singuli. Dessa forma, a sua lesão, caracterizada pela* ***diminuição da qualidade de vida da população, pelo desequilíbrio ecológico, pela lesão a um determinado espaço protegido, acarreta incômodos físicos ou lesões à saúde da coletividade, revelando lesão ao patrimônio ambiental, constitucionalmente protegido, ensejando a reparação moral ambiental causada a coletividade, ou seja, os moradores daquela comunidade.*** *4. Sentença reformada. Condenação da requerida/apelada a recuperar e compensar os danos ambientais, socioeconômicos e a saúde pública, bem como em dano moral coletivo. Apelo conhecido e provido.”* (3ª CÂMARA CÍVEL. FONTE: DJ 15040 de 12/07/2007. ACÓRDÃO: 28/06/2007. LIVRO: (S/R). PROCESSO: 200700552663. COMARCA: ITUMBIARA. RELATOR DR (A). G. LEANDRO S. CRISPIM. REDATOR: RECURSO 108156-4/188 APELAÇÃO CÍVEL Nº (). APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO. APELADA. FERTILIZANTES BRASPLANTE LTDA. RELATOR: JUIZ G. LEANDRO S. CRISPIM - grifamos)

Aliás, como se verá no tópico seguinte, o Superior Tribunal de Justiça já considerou devida a reparação por danos morais até mesmo em razão da queimada legal de cana-de-açúcar -- quanto mais o desmatamento ilegal provocado pela parte requerida.

Portanto, indubitável é a tutela jurídica do dano moral na questão ambiental, não cabendo nenhum questionamento que venha a limitar o seu alcance. No caso em tela, a utilidade do dano moral está em garantir uma indenização individualizada pela degradação ambiental praticada pelo requerido.

**DO VALOR DO DANO MORAL COLETIVO**

No arbitramento do dano extrapatrimonial difuso, o Juiz deverá considerar a **gravidade e extensão do dano**, os motivos da infração, as consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental e a **situação econômica do infrator.**

O **Superior Tribunal de Justiça,** no julgamento do REsp nº 1.374.284/MG, representativo de controvérsia multitudinária e processado sob o rito do art. 543-C, do CPC, firmou entendimento de que é recomendável que o arbitramento para a fixação da indenização por danos morais seja feito caso a caso e com moderação, **proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor e ao porte da empresa.**

***“RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.*** *RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM.* ***ACIDENTE AMBIENTAL*** *OCORRIDO, EM JANEIRO DE 2007, NOS MUNICÍPIOS DE MIRAÍ E MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CAUSALIDADE. (...) c) na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao* ***grau de culpa****, ao* ***nível socioeconômico do autor,*** *e, ainda, ao* ***porte da empresa,*** *orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado. 2. No caso concreto, recurso especial a que se nega provimento.”* (REsp 1374284/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/08/2014, DJe 05/09/2014 - destacamos)

Por outro lado, deve ser considerado na fixação do dano moral ambiental **o proveito econômico** do infrator com a atividade ou empreendimento degradador, por exemplo, madeira retirada irregularmente da área degradada ou benefício com seu uso irregular para fim agrossilvopastoril.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça, **em julgado relativamente recente**, condenou empresa que realizou **queimada de cana de açúcar autorizada pelo órgão ambiental** competente (isto é, **queimada legal**) ao pagamento de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por danos extrapatrimoniais. O recente precedente do Superior Tribunal de Justiça é de seguinte teor:

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.323.104 - GO (2018/0168032-2) RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES AGRAVANTE : ASSOCIACAO DOS LAVRADORES E FORNECEDORES DE CANA DE ARAPORA AGRAVANTE : COMVALE- COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO VALE DO PARANAIBA LTDA AGRAVANTE : ARAPORA BIOENERGIA S/A AGRAVANTE : AGROPECUARIA ARAPORA LTDA AGRAVANTE : CONDOMÍNIO ARGICOLA PARANAIBA ADVOGADOS : FELICÍSSIMO JOSÉ DE SENA - GO002652 ALINE SILVA SENA BARCELLOS - GO020720 AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS DECISÃO Vistos, etc. Trata-se de agravo interposto por Associação dos Lavradores e Fornecedores de Cana de Arapora e outros contra decisão que inadmitiu o recurso especial com suporte na Súmula 7/STJ Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial. O apelo nobre foi manejado com amparo na alínea a do permissivo constitucional em oposição a acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 545): Apelação Cível.* ***Ação civil pública. Dano ambiental. Queimada controlada de cana-de-açúcar.*** *I. Princípio do poluidor pagador. Nos termos do artigo 225, § 3º, da Constituição Federal, bem como artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 6.938/81,* ***aquele que polui o meio ambiente deve ser obrigado a reparar e/ou indenizar os danos causados. II. Queimada controlada de cana-de-açúcar. Licitude****.* ***In casu, a queimada de cana-de-açúcar era autorizada por órgão ambiental competente, com respaldo na Lei Federal nº 4.771/1965,*** *revogada pela lei Federal nº 12.651/12, artigo 27, parágrafo único, cumulado com o artigo 2º do Decreto Federal nº 2.661/98. III. Responsabilidade civil objetiva. Risco da atividade. A responsabilidade .dos apelados baseia-se no risco da atividade e, no vertente caso,* ***o dano pode decorrer de ato ou atividade lícita, sendo cabível a responsabilização do agente se o meio não absorve os impactos da atividade. A legalidade não afasta o dever de indenizar os danos provocados.*** *(...) V. Dano ambiental extrapatrimonial. Comprovado. Dever de indenizar. Configurado.* ***O dano ambiental extrapatrimonial revela-se evidente nos depoimentos testemunhais que exprimem a dor e o sofrimento da população do município de Itumbiara/GO decorrente da queimada da cana- de-açúcar realizada pelos apelados, advindo dai o dever de reparação****. VI. Indenização. Quantum.* ***Proporcionalidade e razoabilidade. A fixação do valor da indenização deve imprimir uma tríplice finalidade: satisfazer a vítima; dissuadir o ofensor; por fim, exemplar a sociedade, pautando-se o legislador nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, pelo que se mostra justa a fixação da reparação na quantia de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais),*** *importância que deverá ser destinada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente da Comarca de Itumbiara/GO ou a órgão correlato. Apelação Cível conhecida e parcialmente provida. Sentença reformada, em parte. (e-STJ, fls. 2.826/2.828) Os embargos de declaração opostos foram acolhidos em parte para reduzir o quantum indenizatório (e-STJ, fls. 2.898/2.900). Os agravantes sustentam violação dos arts. 27 da Lei n. 4.771/1967 e 2º e 8º do Decreto Federal n. 2.661/1998 sob* ***a alegação de que a queima controlada encontra respaldo na legislação de regência e em autorização do Poder Público****. Explicita que tal fato foi reconhecido pelo aresto impugnado, o que impõe o afastamento do dano extrapatrimonial e, por conseguinte, da indenização pecuniária determinada no aresto. Requerem o provimento do recurso especial para restabelecer a sentença que condenou os recorrentes, tão só, na obrigação de não fazer, consistente na abstenção do uso de queimada na lavoura/cultivo de cana-de-açúcar. As contrarrazões foram apresentada às e-STJ, fls. 2.987/2.992. O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento da iniciativa. É o relatório. O* ***Tribunal a quo deu provimento ao recurso de apelação do Parquet*** *- com suporte na Constituição Federal, em dispositivos do Código Civil e da Lei 6.938/1981 e amparado nos elementos de convicção dos autos - assegurando caracterizada a responsabilidade civil dos recorrentes pelo dano ambiental* ***e a necessidade de reparação econômica pelos danos morais coletivos ocasionados. A indenização pelos danos extrapatrimoniais foram estabelecidos no importe de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).******No aresto recorrido ficou consignado que, conquanto a queimada levada a efeito pelos recorrentes fosse autorizada pelo órgão ambiental competente e estivesse amparada na Lei Federal n. 4.771/1965, revogada pela Lei Federal n. 12.651/2012, que autorizam o ato, o mero cumprimento da legislação aplicável à espécie não tem o condão de afastar a responsabilização do agente quando configurado o dano ao meio ambiente****. Entendeu a Corte de origem que as disposições constitucionais relativas à matéria garantem a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e uma vez comprovada a degradação da qualidade do meio ambiente ocasionada pela queimada controlada da cana-de-açúcar, revela-se flagrante a responsabilidade civil dos recorridos - em razão do risco da atividade - conforme dispõem os arts. 927, parágrafo único, do Código Civil e 14, § 1º, da Lei Federal n. 6.938/1981. Confiram-se os excertos do aresto impugnado: [...] tem-se que, embora cause inegáveis danos ao meio ambiente, a prática, pelos apelados, da queima controlada, não era ilegal, até porque,* ***no caso sub judice, é inconteste que a sua realização era expressamente autorizada pelo órgão ambiental competente.*** *Todavia, como bem consignou o julgador primevo, tanto o disposto na Lei Federal nº 4.771/65 quanto o disciplinado no Decreto Federal nº 2.661/98, no que tange à licitude da prática da queima controlada de cana-de-açúcar,* ***devem ser interpretados com reservas, uma vez que a Constituição Federal garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado****. Ademais, a prova documental jungida aos autos, assim como* ***as testemunhas inquiridas, comprovam, de forma inequívoca, a degradação da qualidade ambiental provocada pela poluição advinda da queima da cana-de-açúcar****. A respeito, transcrevo trecho da sentença atacada que muito bem elucida a questão De toda forma, tenho que o dispositivo revogado e o mencionado decreto devem ser interpretados com reservas, uma vez que consoante o já citado na Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Certo é que a cultura de cana-de-açúcar, presente no Brasil deste a época da colonização portuguesa, sempre conviveu com o uso de queimadas. O fogo era utilizado tanto para limpar o terreno, destruindo a fauna e flora, quando para despalhar a cana-de-açúcar, facilitando a colheita. Entretanto, tenho que é inadmissível admitir tal prática atualmente, quando já existe tecnologia suficiente para o cultivo de cana-de açúcar sem o uso do fogo.* ***Repita-se que o emprego de fogo causa danos à flora e à fauna.*** *Os canaviais avançam cada vez mais e estão próximos a* ***florestas e unidades de conservação. Ainda, estão próximos aos centros urbanos, sendo que fuligem da queimada da cana-de-açúcar causa danos à saúde dos cidadãos****. Ainda,* ***não é necessário ser um cientista e especialista no tema para afirmar que a queimada da cana-de-açúcar causa poluição atmosférica e contribui para o famigerado efeito estufa e aquecimento global****. Desta forma, tenho que hoje em pleno século XXI não é possível admitir as queimadas no cultivo da cana-de-açúcar. [...]* ***Logo, é indiscutível a existência da degradação da qualidade do meio ambiente ocasionada pela queimada controlada da cana-de-açúcar praticada pelos apelados, portanto, a responsabilidade civil dos recorridos. A responsabilidade dos apelados baseia-se no risco da atividade****.* ***É responsabilidade civil objetiva****.* ***Como dispõe o artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem****. Nesta seara, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no artigo 14, § 1º, prescreve que: Art. 14. [...]* ***O dano extrapatrimonial coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, suscetíveis de apreciação na esfera do indivíduo, mas inaplicável aos interesses difusos e coletivos****". (...) (STJ - AREsp: 1323104 GO 2018/0168032-2, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Publicação: DJ 04/10/2018 - g.n.)*

Assim, se o Superior Tribunal de Justiça já fixou **o valor de danos extrapatrimoniais de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, **para a queima legal e autorizada de cana-de-açúcar** (lavoura), **o desmatamento ilegal de centenas de hectares de vegetação nativa de um Patrimônio Nacional e patrimônio da humanidade, (Pantanal Mato-grossense)**, não pode ficar em valor inferior a este.

Logo, o Ministério Público entende ser razoável a fixação de danos extrapatrimoniais em ao menos **4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**, dada a dimensão do dano coletivo causado e, ainda, o bem jurídico atingido.

## DA TUTELA INIBITÓRIA – ISOLAMENTO E CESSAÇÃO DE ATIVIDADES ANTRÓPICAS NA ÁREA

A reparação do dano ambiental decorrente do desmatamento ilegal inicia-se com **a cessão da utilização antrópica** **das áreas degradadas ou desmatadas**.

Esse ponto é tão relevante que o próprio legislador cuidou de criminalizar a conduta daquele que impede a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação no [art. 48 da Lei 9.605/98](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11333272/artigo-48-da-lei-n-9605-de-12-de-fevereiro-de-1998):

*“Art. 48.* ***Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação****:*

*Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.”*

Por óbvio, o uso alternativo do solo para pecuária ou agricultura impede a regeneração natural das florestas, savanas e demais formas de vegetação nativa. Além disso, importará na destruição do banco de sementes eventualmente ainda remanescentes no solo e, ainda, a compactação do solo, destruindo inteiramente o ecossistema nativo nas referidas regiões.

Assim, o dano ambiental iminente e contínuo proveniente do desmatamento ilegal para uso da pecuária consiste, dentre outros:

1. na compactação do solo;
2. na destruição do banco de plântulas;
3. na destruição do banco de sementes;
4. na alteração do equilíbrio do ecossistema local;
5. na erosão;
6. no lançamento de milhares de tonteladas de gás carbônico na atmosfera e contribuição para o aquecimento global;
7. na perda da biodiversidade, extinção de espécies.

Assim, a prolação de **decisão inibitória**, apta a impedir que a poluição, a degradação e seus efeitos se perpetuem ainda mais no tempo, é medida necessária, nos termos do art. 497, do Código de Processo Civil:

*“Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.*

*Parágrafo único. Para a concessão da* ***tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção,******é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo****”.*

Nesse sentido, é o entendimento o E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO CIVIL PÚBLICA —DANO AMBIENTAL —LIMINAR—* ***OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER*** *— PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL — OBRIGATORIEDADE — MULTA DIÁRIA — POSSIBILIDADE. Presentes os requisitos para o deferimento da liminar, é permitido estabelecer* ***obrigação de não fazer, consistente em não mais poluir****, e de fazer, por meio de plano de recuperação da área degradada, sob pena de multa diária. Recurso não provido.”* (AI 13557/2015, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 14/07/2015, Publicado no DJE 24/07/2015 - grifamos)

E, caso não seja concedida tutela inibitória, permitindo-se a perpetuação do dano ambiental e, ainda, que o desmatador aufira vantagem econômica durante o curso do processo (que pode perdurar anos ou décadas), o que se terá é um nítido incentivo ao crime ambiental, conforme, mais uma vez, já decidiu o Tribunal da Cidadania:

*“(...) 7. A recusa de aplicação ou aplicação parcial dos princípios do poluidor-pagador e da reparação in integrum arrisca projetar, moral e socialmente, a nociva impressão de que o ilícito ambiental compensa.* ***Daí a resposta administrativa e judicial não passar de aceitável e gerenciável "risco ou custo do negócio", acarretando o enfraquecimento do caráter dissuasório da proteção legal, verdadeiro estímulo para que outros, inspirados no exemplo de impunidade de fato, mesmo que não de direito, do infrator premiado, imitem ou repitam seu comportamento deletério****. (STJ - REsp: 1198727 MG 2010/0111349-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/08/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/05/2013)*

**Por outro lado, o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica, somado à pecuária, é responsável por 49% das emissões brasileiras de gases do efeito estufa.**

Logo, a substituição da vegetação nativa por capim exótico (que inibe e, com o tempo, destrói o banco de sementes da vegetação nativa) e a presença dos animais na propriedade, especialmente atividade pecuária, assim como a agricultura e outras atividades (piscicultura e edificações), causam danos à vegetação nativa Mato-grossense, na medida em que dificultam e/ou impedem a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação. Nesse sentido:

*"PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ARTS. 40 E 48 DA LEI 9.605/1998. CRIMES AUTÔNOMOS. CONCURSO DE CRIMES. 1.* ***Ao desenvolver atividade pecuária em área constatada como área de conservação federal destinada à preservação de ecossistemas naturais,*** *causando impacto à flora, fauna e ao solo, incorre na conduta descrita no art. 40 da Lei 9.605/98. 2.* ***Tal conduta também impede a regeneração natural da vegetação, incidindo no tipo penal previsto no art. 48 da Lei 9.605/98, sendo este crime permanente.*** *3. Trata-se de crimes autônomos, por se vislumbrar delitos diferentes, ocorrendo na hipótese o concurso de crimes. 4. Recurso em sentido estrito provido”* (TRF-1 - RSE: 20025220134013902 PA 0002002-52.2013.4.01.3902, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES, Data de Julgamento: 21/01/2014, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.1193 de 31/01/2014)

Bem por isso, imprescindível o **embargo judicial da área degradada** e impor a suspensão ao exercício de atividade, direito ou múnus por decisão judicial consistente na **suspensão da exploração de atividades lesivas à regeneração natural da Floresta Amazônica** no polígono do ilícito ambiental, a fim de **evitar a continuidade dos danos ambientais** e garantir às presentes e futuras gerações um meio ambiente sadio e equilibrado.

A manutenção das atividades econômicas, sem a licença/autorização ambiental, realizadas de forma contrária às disposições legais, causará prejuízos irreparáveis ou difícil reparação ao meio ambiente, motivo pelo qual cabe ao magistrado, com fundamento na **tutela inibitória (art. 479, do CPC),** bem como no **poder geral de cautela e nos princípios da prevenção e precaução,** determinar a suspensão das atividades lesivas ao meio ambiente.

Ressalta-se, por oportuno, que **não se trata de intervenção indevida nas atividades econômicas,** pois as atividades em questão estão irregulares (rigorosamente, criminosas), vez que violam as normas de proteção ao meio ambiente, especialmente o artigo 225, III, da Constituição Federal, Lei Federal nº 9.985/2000 e Lei Estadual nº 9.502/2011, tratando-se inclusive, no âmbito penal, de conduta típica (art. 48 da Lei 9.605/98).

Aliás, a Constituição Federal prevê que a ordem econômica[[11]](#footnote-10), fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, deve observar **defesa do meio ambiente e a função social da propriedade** (utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, art. 186, II, da Constituição Federal).

Com efeito, a Lei nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente dispõe sobre a responsabilidade pelos danos ambientais e as penalidades aplicáveis aos transgressores das normas de proteção ao meio ambiente.

*"****Art. 14.*** *Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconveniente e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: (…)*

*II* ***–*** *à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;*

*III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;*

***IV –******à suspensão de sua atividade.****"*

Nesse diapasão, a suspensão das atividades atualmente desenvolvidas no imóvel rural é medida que se impõe, pois **é inconcebível que a parte requerida continue auferindo lucros por meio de atividades irregulares causadoras de danos ambientais.**

Por fim, a irreparabilidade do dano ambiental, caso o requerido continue suas atividades nas áreas degradadas, sem recuperá-las, é manifesta.

Quanto à possibilidade da suspensão das atividades lesivas ao meio ambiente e da retirada do rebanho, destaca-se os seguintes julgados:

*"CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E* ***AMBIENTAL.*** *AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. TUTELA CAUTELAR INIBITÓRIA* ***(DESOCUPAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA,******SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES AGRESSORAS AO MEIO AMBIENTE******E INDISPONIBILIDADE DE BENS****). PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO. I -* ***Na ótica vigilante da Suprema Corte, "a incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica,*** *ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a "defesa do meio ambiente" (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral (...) O* ***princípio do desenvolvimento sustentável****, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em* ***compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro*** *e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações" (ADI-MC nº 3540/DF - Rel. Min. Celso de Mello - DJU de 03/02/2006). II - Nessa perspectiva, a tutela constitucional, que impõe ao Poder Público e a toda coletividade o dever de defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, como direito difuso e fundamental, feito bem de uso comum do povo (CF, art. 225, caput), já instrumentaliza, em seus comandos normativos, o princípio da precaução (quando houver dúvida sobre o potencial deletério de uma determinada ação sobre o ambiente, toma-se a decisão mais conservadora, evitando-se a ação) e a conseqüente prevenção (pois uma vez que se possa prever que uma certa atividade possa ser danosa, ela deve ser evitada),* ***impondo-se, na espécie,******a adoção das medidas de preventivas postuladas*** *(****desocupação da área degradada,******suspensão das atividades agressoras ao meio ambiente******e indisponibilidade de bens****), a fim de evitar danos maiores e irrecuperáveis à área de preservação permanente objeto da demanda. Precedentes. III - Agravo de instrumento provido. Decisão recorrida reformada.”* (TRF1, Numeração Única: 0050002-91.2009.4.01.0000, Quinta Turma, Relator Des. Federal Souza Prudente, data decisão 24/02/2016) grifamos

***“AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANO COMPROVADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO*** *– PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR – IMPERTINÊNCIA – DEVER DE RECOMPOSIÇÃO, MAS NOS TERMOS DA LEI Nº 12.651/2012 – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(...) Tendo sido comprovado que os réus suprimiram vegetação nativa em áreas de preservação permanente de cursos d'água, causando, dessa forma, degradação ambiental, é de rigor a manutenção da condenação contida na r. sentença, determinando-se as obrigações de não fazer (paralisação imediata de quaisquer outras intervenções em APP também por terceiros) e* ***fazer*** *(recomposição da vegetação nativa com a apresentação de projeto ao órgão ambiental competente e* ***retirada das culturas e do gado no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária)****, devendo indenizar eventuais danos ambientais decorrentes da obra que não puderem ser reparados mediante restauração ambiental, conforme determina a Lei nº 12.651/2012. (…)”* (TJ-SP - APL: 00040203620148260360 SP 0004020-36.2014.8.26.0360, Relator: Paulo Ayrosa, Data de Julgamento: 10/03/2016, 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Data de Publicação: 14/03/2016) grifamos

*“AMBIENTAL. RESERVA BIOLÓGICA DO JARU - REBIO JARU EM RONDÔNIA/RO. AMPLIAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA. DECRETO DE 2 DE MAIO DE 2006. IBAMA.* ***NOTIFICAÇÃO PARA RETIRADA DE SEMOVENTES****. PROTEÇÃO AMBIENTAL.* ***PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.*** *1.* ***Não se afigura legal impedir o IBAMA de determinar a retirada de semoventes de área localizada na Rebio Jaru, ante o poder-dever de adotar medidas para a proteção do meio ambiente****,* ***em respeito ao princípio da precaução.*** *(…) 3.* ***O interesse público na preservação do meio ambiente deve orientar e pautar os atos da Administração Pública, se sobrepondo ao interesse do particular, especialmente quando se trata de reservas biológicas já delimitadas por decreto****, como é o caso dos autos. 4. Apelação da Associação dos Produtores Rurais Verde Vale - ASPROR improvida.”* (TRF-1 - AC: 34606820084014100 RO 0003460-68.2008.4.01.4100, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 11/12/2013, QUINTA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.834 de 18/12/2013) grifamos

***“AMBIENTAL*** *E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IBAMA. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL JEQUITIBÁ.* ***SUSPENSÃO DE ATIVIDADES AGRESSORAS AO MEIO AMBIENTE****.* ***RETIRADA DE REBANHO****. RECUPERAÇÃO DO DANO CAUSADO. INDISPONIBILIDADE DE BENS. CABIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. (…) III - Com efeito,* ***a presença do gado na área desmatada impede, ou ao menos dificulta, a recuperação da vegetação nativa e potencializa os riscos de aumento do dano ambiental****, porquanto para formação de pastagem se faz necessário o desmatamento ou a realização de queimadas. (...)”* (TRF-1 - AC: 782 RO 2008.41.00.000782-7, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 19/11/2012, QUINTA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.696 de 30/11/2012)

# DA SUSPENSÃO DOS FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS

Sobressai na órbita do Direito Ambiental o chamado princípio da precaução e da prevenção, que visam a evitar a ocorrência do dano. Com o fim de dar maior efetividade e aplicação a esses princípios, não se deve abster de responsabilizar aquele que já efetivou o dano, pois esta serve de desestímulo a potenciais degradadores.

Para tanto, é inequívoco a necessidade da aplicação de todas as formas de restrição de direito previstas em lei, a exemplo do art. 14 da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.939/81):

***“Art. 14 -*** *Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental* ***sujeitará os transgressores: (...)***

***II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;***

***III -******à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;****"*

De se ver, portanto, que a restrição dos incentivos fiscais, porventura concedidos ao requerido, bem como a participação em linha de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito é medida aplicável ao caso, já que o requerido feriu de morte o direito fundamental transcrito no art. 225 da Constituição Federal, na medida em que desmatou ilegalmente vasta área de vegetação nativa.

Assim, a perda/restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e a perda/suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito são medidas necessárias para **efeito** **desestimulador à prática de novos danos ambientais,** bem como são meios de punição ante a degradação praticada.

# DA INSCRIÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL

Considerando a condição *propter rem* das obrigações ambientais, a presente ação deve ser inscrita no registro de imóvel, por força do que dispõe o artigo 167, inciso I, ‘21’, da Lei n. 6.015/73 (Lei de Registros Públicos).

A inscrição desta ação no registro de imóveis visa a proteção de terceiros de boa-fé, uma vez que eventual comprador do imóvel rural poderão ter ciência de que sobre o imóvel há uma pretensão de obrigações que são reipersecutórias. Neste sentido:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESERVA LEGAL.* ***AVERBAÇÃO DA EXISTÊNCIA DA AÇÃO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL****. POSSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - […]. II - A averbação no registro do imóvel da existência de ação civil pública destinada à instituição da reserva legal é salutar medida acautelatória, posto preservar eventuais interesses ou direitos de terceiros.”* (TJ-MG – AI: 10702120784401001 MG, Relator: Peixoto Henriques, Data de Julgamento: 22/07/2014, Câmaras Cíveis/7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/07/2014) (grifamos)

# 

# DA INDISPONIBILIDADE DO IMÓVEL OBJETO DE DESMATAMENTO ILEGAL

A decretação da indisponibilidade de bens é medida acautelatória que visa **assegurar o resultado útil do processo**, garantindo liquidez patrimonial do requerido para eventual execução de sentença condenatória de reparação integral do dano ambiental.

Trata-se de medida excepcional, cabível nos casos de grande probabilidade de condenação e de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

A indisponibilidade de bens no caso em tela possui natureza cautelar e objetiva o resguardo do processo, em outras palavras, **garantir a efetividade e utilidade do provimento final** (efetividade da proteção do meio ambiente).

A medida justifica-se pela necessidade de reparação integral do dano ambiental**[[12]](#footnote-11)**, na hipótese de procedência do pedido da ação civil pública, preservando, desta forma, o interesse público, que, por certo, se sobrepõe ao particular.

No caso dos autos, a aplicação da constrição cautelar de **indisponibilidade de ao menos o imóvel objeto de desmatamento ilegal** faz-se necessária para **garantir, de forma mínima, a efetividade da futura condenação.**

Cumpre destacar que **a indisponibilidade do imóvel não desobriga da reparação da área degradada**. Trata-se de uma garantia mínima da efetividade da futura condenação, ante a **extensão e alto custo das obrigações do requerido** (reparação *in natura,* compensação pelos danos materiais ambientais não passíveis de recuperação e compensação pelo dano moral coletivo).

Em regra, a cautelar exige a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* (probabilidade de êxito quanto à tutela definitiva) e do *periculum in mora* (demonstração de fundado receio de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo).

No que concerne ao primeiro requisito, restou demonstrado nos técnicos que instruem a presente.

Quanto ao requisito do *periculum in mora* (demonstração de fundado receio de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo), faz-se necessário tecer algumas considerações.

Tratando-se de tutela do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental intergeracional, o artigo 225 da Constituição Federal impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente.

Neste contexto, o dever de adoção de medidas eficazes, de modo a impedir a oneração ou alienação dos bens da parte requerida, a fim de garantir a reparação integral do dano ambiental, decorre dos princípios e normas aplicáveis ao bem tutelado.

Sendo assim, **não é razoável exigir, como condição para a decretação da indisponibilidade dos bens, a comprovação de indícios ou sinais de dilapidação do patrimônio, pois o que se objetiva é justamente evitar tal conduta e garantir a eficácia da prestação jurisdicional.**

Não se trata de presumir a má-fé ou a ação de dilapidação patrimonial do requerido, mas sim de uma **atuação preventiva com o fim de se resguardar (e inclusive resguardar terceiros de boa-fé, dada a natureza *propter rem* da obrigação em questão) a indenização por um dano ambiental cuja dimensão, em pecúnia, pode ser, inclusive, superior ao imóvel rural em que ocorreu o crime ambiental**, com o fim de reparação integral do meio ambiente.

Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.366.721/BA, firmou entendimento de que **o *periculum in mora* para a decretação da cautelar de indisponibilidade de bens é presumido,** não estando condicionado à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, sendo possível a decretação quando presentes fortes indícios da prática de atos de improbidade administrativa. Veja-se a ementa do referido acórdão:

*"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.* ***CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS*** *DO PROMOVIDO. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 8.429/1992, QUANTO AO* ***PERICULUM IN MORA PRESUMIDO.*** *MATÉRIA PACIFICADA PELA COLENDA PRIMEIRA SEÇÃO."*

**Em que pese os presentes autos não tratar de ato de improbidade administrativa,** **a relevância do bem jurídico tutelado impõe aplicação analógica deste entendimento** (conforme precedentes dos tribunais pátrios)**,** ante a gravidade dos fatos, os prejuízos ambientais causados à sociedade e a similitude dos interesses tutelados (probidade administrativa e meio ambiente ecologicamente equilibrado - direitos difusos indisponíveis). Pela pertinência, destacam-se os seguintes julgados:

*"Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que, em ação civil pública, indeferiu pedido de indisponibilidade de bens de propriedade dos agravados. Em suas razões, a União defendeu que, diante da usurpação do patrimônio mineral brasileiro, resta demonstrado o fumus boni iuris. (…) Em recente decisão, a Primeira Seção do STJ assentou o entendimento de que nas ações de ressarcimento do patrimônio público, o periculum in mora é presumido, in verbis: (…)* ***A despeito de o presente caso não tratar de ato de improbidade administrativa, tenho que a relevância do bem protegido (patrimônio mineral) autoriza a aplicação analógica do mesmo entendimento, ante o imenso dano causado à sociedade.*** *Diante deste contexto, restando comprovada nos autos a plausibilidade do direito alegado pelo autor da ação civil pública, bem como* ***o perigo de dano irreparável, ou de difícil reparação, quer em face da demora do provimento final ou do alto valor econômico a ser ressarcido,*** *situações que se apresentam concomitantemente convencem sobre a possível ineficácia de eventual sentença de procedência da ação civil pública, tenho que a concessão da medida liminar no sentido de bloquear os bens da ré, é medida que se impõe. Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo para determinar o bloqueio dos bens em nome das rés até o limite do valor do prejuízo apontado na inicial da ação civil pública. Intimem-se, sendo a parte agravada para contraminuta, nos termos do art. 527, V, do CPC. Dê-se vista ao Ministério Público Federal. Após, voltem conclusos.”* (TRF-4 - AG: 50041763120134040000 5004176-31.2013.404.0000, Relator: JUÍZA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 25/03/2013, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 26/03/2013) grifamos

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO.* ***AÇÃO CIVIL PÚBLICA****. LOTEAMENTO IRREGULAR.* ***INDISPONIBILIDADE DE BENS.*** *CABIMENTO.* ***DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DILAPIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO.*** *DECISÃO QUE NÃO LIMITA O USO DOS VEÍCULOS E IMÓVEIS DOS RÉUS. RESTRIÇÃO TÃO-SOMENTE QUANTO À ALIENAÇÃO DOS BENS. A decisão concessiva de liminar em ação civil pública, encontra fundamento no art. 12 da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. A forte prova quanto à prática pelos agravantes, dos atos narrados na inicial da ação civil pública, bem como o* ***prejuízo causado ao erário, ao meio ambiente e à coletividade,*** *a evidenciar a conduta ilegal,* ***autorizam a indisponibilidade dos bens tal como decretada pela magistrada de primeiro grau, apesar de inexistir, por ora, comprovação da intenção de transferência de qualquer espécie em dinheiro a terceiros ou dilapidação do patrimônio.*** *(…) Ressalta-se, todavia, que a indisponibilidade dos veículos e imóveis dos réus não limita o uso, mas apenas restringe a alienação. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento Nº 70068323666, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 01/06/2016).”* (TJ-RS - AI: 70068323666 RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Data de Julgamento: 01/06/2016, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 08/06/2016) grifamos

*“Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Ivo Vicentini e Luiz Vicentini Neto contra decisão que, nos autos de ação civil pública, deferiu o pedido de liminar formulado pelo Ministério Público Federal para determinar a indisponibilidade dos bens dos Requeridos, ora agravantes, no limite de R$ 8.685.369,36, até decisão final do feito principal, bem como para que os réus se abstenham de promover qualquer outra espécie de exploração ou atividade econômica sobre a área irregularmente desmatada e desocupem a área degradada, no prazo de 30 dias. O r. Juízo de primeiro grau assim decidiu* ***com fundamento na jurisprudência este Tribunal, que admite o decreto de indisponibilidade de bens do réu, em caráter preventivo, com a finalidade de assegurar a recuperação da área degradada,*** *como no caso, em que se verificou a ocupação irregular promovida pelos réus e a atividade lesiva ao meio ambiente, com a determinação de desocupação da área atingida e a abstenção de promover o desmatamento ou qualquer outra espécie de exploração ou atividade econômica sobre os imóveis fiscalizados. Em seu recurso, alegam os agravantes, em síntese, que o decurso de aproximadamente dois anos entre o ajuizamento da ação civil pública e a decisão liminar reforça a fragibilidade do respaldo fático e jurídico da alegada necessidade de decretação de indisponibilidade de bens.Alegam ainda que a decisão agravada se utilizou de fundamentação jurídica totalmente equivocada da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), não devendo, por isso, prevalecer, posto que a demanda principal não versa sobre atos de improbidade administrativa, mas sim sobre suposto dano ambiental. Entendem que seria imprescindível a demonstração dos requisitos necessários à decretação da medida liminar, principalmente no que diz respeito ao periculum in mora, consistente, no mínimo, na indicação de suposto indício de dissipação patrimonial pelos agravantes, o que, no caso, não teria ocorrido. (…) É o relatório. Decido.* ***Perigo de dano presume-se no caso em que a parte, ainda que não esteja promovendo qualquer ato tendente à dissipação se seu patrimônio, não ficaria aguardando o final da ação para desfazer-se de seus bens.*** *É essa a orientação jurisprudencial de nossos Tribunais, que é firme no sentido de que* ***"a decretação de indisponibilidade dos bens não se condiciona à comprovação de dilapidação efetiva ou iminente de patrimônio, porquanto visa, justamente, a evitar dilapidação patrimonial futura" (AgRg no REsp 1460770/PA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 21/05/2015).*** *(…) Por outro lado, a parte não indicou bens que pudessem garantir e não discutiu o valor do dano, nem trouxe qualquer elemento que pudesse limitar o valor do dano inicialmente indicado. Não obstante o valor seja elevado, o fato é que a quantia bloqueada até agora é ínfima, considerando o valor do dano. Isso considerado, não vejo razão para um fundamento que, sem ouvir a outra parte, reforme a decisão agravada. Isto não é fundamento, pois nem se sabe se os agravantes se desfizeram de bens. Isso considerado, não estando presentes os elementos que autorizem a concessão da medida liminar postulada, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo. Intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar resposta (CPC art. 527, V). Publique-se. Intime-se. Brasília, 8 de abril de 2016. Desembargador Federal NÉVITON GUEDES Relator”* (TRF-1 00047632020164010000 0004763-20.2016.4.01.0000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES, Data de Julgamento: 08/04/2016, Data de Publicação: 15/04/2016)

Ademais, a aplicação do entendimento de que o *periculum in mora* é presumido para a decretação da cautelar de indisponibilidade de bens na tutela ambiental encontra amparo no **Microssistema de Tutela Jurisdicional Coletiva**, conforme entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça:

*“A* [*lei de improbidade administrativa*](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104098/lei-de-improbidade-administrativa-lei-8429-92)*, juntamente com a* [*lei da ação civil pública*](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103274/lei-de-a%C3%A7%C3%A3o-civil-p%C3%BAblica-lei-7347-85)*, da ação popular, do mandado de segurança coletivo, do Código de Defesa do Consumidor e do* [*Estatuto da Criança e do Adolescente*](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1031134/estatuto-da-crian%C3%A7a-e-do-adolescente-lei-8069-90) *e do Idoso, compõem um* ***microssistema de tutela dos interesses transindividuais e sob esse enfoque interdisciplinar, interpenetram-se e subsidiam-se.”*** (STJ, Resp510.150/MA, Rel. Min. Luiz Fux, DJ. 29.03.2004) grifamos

Em razão da “**teoria do diálogo das fontes normativas”,** tem-se entendido que o microssistema processual da tutela coletiva deve ser regido pela influência subsidiária de seus diversos diplomas normativos. A intenção do sistema é propiciar a **maior efetividade possível a tutela coletiva**, tendo em vista o caráter difuso dos bens tutelados. Portanto, **nada mais coerente do que aplicar a previsão de indisponibilidade de bens da Lei de Improbidade Administrativa para a tutela ambiental**.

Por fim, no caso em tela, o *periculum in mora* (demonstração de fundado receio de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo) está demonstrado pelo **risco real de inefetividade da futura condenação**, ante o **risco concreto de insolvência civil do requerido**, haja vista o alto valor econômico necessário para a reparação integral do dano ambiental.

Cabe destacar que, por se tratar de tutela ambiental, imensuráveis são os prejuízos advindos de uma possível ineficácia do provimento de mérito final, resultante de insolvência do réu durante o trâmite da Ação Civil Pública Ambiental, tendo em vista a demora do provimento final.

Permitir a livre alienação do bem imóvel em questão, sem nenhuma caução judicial, permitindo-se à parte requerida desfazer-se de seus bens, pode comprometer a futura efetividade do provimento jurisdicional definitivo de reparação de dano ambiental, acaso não seja deferida a presente tutela cautelar, ante o **risco concreto de insolvência civil.**

Além do endividamento decorrente das autuações administrativas, cumpre ressaltar que a requerida também deverá arcar com os custos da reparação integral dos danos ambientais ocorridos na propriedade rural **imóvel rural {{nome\_imovel}}** CAR número **{{numero\_car}}**.

Assim, considerando os valores devidos pela requerida e a **magnitude do dano, a ensejar reparação e indenização em cifras de milhões de reais**, qualquer disposição de seus bens se dá em detrimento do interesse social de reparação do dano ambiental.

Por outro lado, afigura-se temerário que, **em função da magnitude da lesão,** possa a parte requerida dilapidar o seu patrimônio, com certeza engrandecido pelo ilícito ambiental, para se furtar ao cumprimento do mandamento constitucional. **Não deveria, primacialmente, alienar o imóvel em que ocorrera o crime ambiental**.

Desta feita, o patrimônio da parte requerida, ao menos no tocante ao imóvel em questão, necessita ser preservado, tornando-se indisponível, de modo a garantir a reparação dos danos ambientais e sociais causados em razão dos crimes ambientais.

Lado outro, insta salientar que os efeitos da tutela cautelar ora pretendida não trarão prejuízos de ordem financeira à parte requerida, uma vez que os bens, ainda que indisponíveis, permanecerão em sua posse até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória de ressarcimento de dano ambiental.

Além do mais, a cautelar de indisponibilidade de bens para garantia da efetividade da futura condenação encontra amparo no **poder geral de cautela do Juiz** (artigo 297, Código de Processo Civil[[13]](#footnote-12)).

Por fim, o pedido de indisponibilidade de bens da parte requerida é requerido em sede de medida liminar, uma vez que tanto a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar (*fumus boni juris*), quanto o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*) encontram-se presentes e justificam a medida pleiteada. Nesse sentido:

*"ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. MINERAÇÃO ILEGAL.* ***DANO AMBIENTAL. POSSIBILIDADE. INDISPONIBILIDADE DE BENS****. A jurisprudência pátria, especialmente em decorrência de* ***dano ambiental,*** *tem admitido a* ***constrição de patrimônio como forma de garantir a eficácia de futura execução****.* ***O perigo milita contra o poluidor/degradador****,**pois do* ***Estado se exige uma condução rápida para a recuperação do dano ambiental****, no sentido também de* ***se evitar a produção contínua dos efeitos danosos (efeito cascata)****. Evidenciada a exploração irregular de lavra de recursos minerais, deve ser deferido o bloqueio dos bens, sendo impedida a sua livre alienação, inibindo-se, assim, o cometimento de atos que possam vir a frustrar a efetivação de futuro comando jurisdicional.”* (TRF-4 - AG: 50170837220124040000 5017083-72.2012.404.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 23/04/2013, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 24/04/2013 - grifamos)

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. POLUIDOR-PAGADOR. REPARAÇÃO INTEGRAL.* ***FLORESTA NATIVA. VULTOSO DESMATAMENTO. INDISPONIBILIDADE DE BENS.*** *MANUTENÇÃO DA MEDIDA. 1. A teor do art. 225, § 3º, da Constituição Federal, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. 2.* ***O desmatamento de milhares de hectares de floresta nativa justifica o propósito de assegurar a viabilidade da futura execução da sentença na ação de reparação, por meio da decretação de indisponibilidade de bens do Réu.*** *3. Agravo de instrumento a que se dá parcial provimento, tão somente para, mantida a indisponibilidade decretada pela decisão agravada, ressalvar ao Agravante a possibilidade de, por meio de requerimento devidamente fundamentado ao Juízo de origem, requerer a liberação dos valores comprovadamente necessários ao seu próprio sustento e de sua família e à conservação de seu patrimônio.”* (TRF 1ª R.; AI 2007.01.00.050018-0; PA; Sexta Turma; Relª Desª Fed. Maria Isabel Gallotti Rodrigues; Julg. 07/04/2008; DJF1 06/05/2008; Pág. 478) (Publicado no DVD Magister nº 24 - Repositório Autorizado do TST nº 31/2007 - grifamos)

# 

# DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM SEDE LIMINAR

O art. 12 da Lei Federal nº 7.347/1985 dispõe:

*"Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo".*

O Código de Processo Civil dispõe sobre a tutela provisória de urgência:

*"Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.*

*Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.*

*(...)*

*Art. 297. O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.*

*(...)*

*Art. 300. A* ***tutela de urgência*** *será concedida quando houver elementos que evidenciem a* ***probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.***

*§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.*

*§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.*

*§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão".*

Sobre o tema, o doutrinador Humberto Theodoro Júnior ensina que:

*“ (…) Os requisitos, portanto, para alcançar-se uma providência de urgência de natureza cautelar ou satisfativa são, basicamente, dois: (a) Um dano potencial, um risco que corre o processo de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do periculum in mora, risco esse que deve ser objetivamente apurável. (b) A probabilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança, ou seja, o fumus boni iuris."* (Curso de Direito Processual Civil, Volume I, 56ª edição, Editora Forense, p. 609).

Como cediço, o meio ambiente trata-se de um bem de difícil reparação. Há de se ressaltar a relação inversamente proporcional entre o tempo em que se dará a reparação e a efetivação da mesma, pois, quanto maior a demora no procedimento de reparação do dano, menor a probabilidade de se alcançar o *status quo ante* na reconstituição do bem lesado.

Bem por isso que a tutela de urgência deve ser deferida para cessar os danos ambientais e garantir a eficácia da reparação ambiental.

Tanto a probabilidade do direito (*fumus boni juris*) quanto o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*) encontram-se presentes e justificam as medidas pleiteadas, nos termos dos arts. 300 do Código de Processo Civil de 2015.

No que tange à probabilidade do direito, afigura-se induvidosa sua configuração. Está comprovada documentalmente desmatamento ilegal de área de vegetação nativa de grandes proporções, **inclusive com autuação pelo órgão ambiental de fiscalização administrativa** e a responsabilidade de indenizar e reparar os danos do requerido é objetiva conforme comando legal expresso.

Já em relação ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, uma vez constatados os danos ao meio ambiente, impõe-se adotar medidas enérgicas de modo a impedir a oneração ou alienação dos bens do requerido, a fim de que não venha a deles se desfazer, frustrando, dessa forma, a possibilidade de reparação integral do dano ambiental.

Além disso, a perda/restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e a perda/suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito são medidas necessárias para efeito desestimulador à prática de novos danos ambientais.

No mais, a suspensão das atividades lesivas ao meio ambiente é imprescindível para cessar a continuidade dos danos.

Não é prudente que se aguarde o deslinde do feito, para que somente então medidas inibitórias/reparatórias sejam adotadas em prol do meio ambiente devastado. Incide na espécie o **princípio da precaução**, segundo o qual “***as pessoas e o seu ambiente devem ter em seu favor o benefício da dúvida****,* ***quando haja incerteza sobre se uma dada ação os vai prejudicar***” (J. J. Gomes Canotilho e José Rubens Morato Leite, Direito Constitucional Ambiental Brasileiro, Editora Saraiva, p. 41).

O **princípio da precaução** encontra-se positivado em documentos internacionais e no ordenamento interno (art. 15 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente – ECO-92; art. 225 da Constituição Federal; art. 54, § 3º, da Lei Federal nº 9.605/1998). Desta feita, ainda que – *ad argumentandum* – a atividade julgadora seja permeada pela dúvida, deve-se resolvê-la em prol do meio ambiente.

Desta forma, demonstrada a existência da plausibilidade do direito invocado e a ocorrência do perigo de dano iminente e irreparável, mister se faz a concessão da tutela de urgência liminarmente pretendida, sem necessidade de manifestação do requerido. A cessação imediata do dano na área de vegetação nativa e a imediata intervenção reparatória são providências urgentes que se fazem necessárias.

Neste sentido, destacam-se os seguintes precedentes:

***“CIVIL E AMBIENTAL.*** *AGRAVO DE INSTRUMENTO.* ***DANO*** *DIREITO AMBIENTAL E CONSTITUCIONAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA -* ***DEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PRESENÇA DOS REQUISITOS*** *DO ART. 273 DO CPC - OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO AMBIENTAL - NATUREZA PROPTER REM - RECURSO DESPROVIDO. Para o deferimento da antecipação de tutela exige-se a presença dos requisitos elencados pelo art. 273 do CPC, dentre os quais se destacam a prova inequívoca da verossimilhança das alegações constantes da inicial e o perigo de danos de incerta reparação. Se há indicativo de dano ambiental, consistente na violação à APP da propriedade,* ***afigura-se correta a medida liminar, com vista à desocupação e demolição da construção, de modo a impedir a continuidade da lesão ao meio ambiente*** *(CF, art. 225). A responsabilidade pelo dano ambiental independe de culpa e adere ao título de propriedade, transferindo-se ao adquirente (Lei nº 6.938/81, art. 3º, IV, c/c art. 14, § 1º).”* (Agravo de Instrumento nº 0072591-55.2015.8.11.0000, 3ª Câmara Cível do TJMT, Rel. Des. Márcio Vidal. j. 25.08.2015, DJe 28.08.2015 - grifamos)

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DESMATAMENTO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO ESPECIAL - FLORESTA AMAZÔNICA -* ***LIMINAR CONCEDIDA PARA FAZER CESSAR AS ATIVIDADES E DETERMINAR A APRESENTAÇÃO DE PRAD - DANO AO MEIO AMBIENTE DEMONSTRADO*** *- REQUISITOS PREENCHIDOS - RECURSO DESPROVIDO. A necessidade de preservação e conservação das áreas de preservação* ***impõe medidas eficazes e urgentes a fim de se evitar o prolongamento do dano ambiental causado.*** *Assim, uma vez demonstrada à verossimilhança das alegações do autor da ação civil pública e,* ***sendo legalmente presumida a possibilidade de dano de difícil ou incerta reparação,*** *é acertada a decisão liminar que determina a cessação das atividades degradadoras da área, devendo, portanto, ser mantida.”* (Agravo de Instrumento nº 0026895-30.2014.8.11.0000, 4ª Câmara Cível do TJMT, Rel. Des. José Zuquim Nogueira. j. 12.05.2015, DJe 22.05.2015 - grifamos)

# 

# DOS PEDIDOS

Ante o exposto e considerando que as agressões ao meio ambiente não podem restar impunes, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO,** por seu promotor de Justiça signatário, requer:

## DA LIMINAR

A concessão de **medida liminar,** nos termos do art. 12, da Lei 7.347/85, *inaudita altera pars*, com aplicação do artigo 304, do CPC, nos seguintes termos:

1. Seja **determinado cautelarmente à parte requerida que, no prazo de 30 (sessenta) dias** e sob pena de **multa diária** de **R$ 1.000,00 (mil reais), abstenha-se da realização de quaisquer atos que impeçam ou dificultem a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação nos polígonos de desmatamentos ilegais** (sem licenciamento ambiental), mormente daqueles apresentados nos **polígonos de desmatamento constantes nos {{doc\_prova\_materialidade}}** e, principalmente:
   * 1. Promover o isolamento da área (mediante o cercamento) e **suspender todas as atividades lesivas ao meio ambiente, tais como a pecuária, agricultura, piscicultura, edificações, etc**, que estejam sendo realizadas sem autorização ou licença expedida pelo órgão ambiental ou em desacordo com suas normas regulamentares nos polígonos de desmatamento;
     2. **Providencie e comprove a retirada de todo rebanho** e lavoura eventualmente existente nos polígonos indicados nos nos polígonos de desmatamento;
     3. Seja oficiado à **Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA**, requisitando fiscalização do cumprimento da decisão liminar;
2. Seja oficiado ao Banco Central, com ordem de **suspensão da participação da parte requerida em linha de financiamentos em estabelecimentos oficiais de crédito**, bem como em incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;
3. Seja oficiado ao **Oficial de Registro de Imóveis desta Comarca** determinando-se **a averbação da presente ação civil pública na matrícula do imóvel rural {{nome\_imovel}}, para que se dê conhecimento a terceiros**;
4. a inversão do ônus da prova quanto à prova dos danos materiais e extrapatrimoniais, com fundamento nos moldes do art. 6º, VIII e art. 90, ambos da Lei nº 8.078/90, ante a verossimilhança das alegações apresentadas;

## NO MÉRITO

1. a intimação do requerido para cumprimento da medida liminar e **citação** para, querendo, contestar no prazo legal a presente ação, sob pena de suportar os efeitos da revelia, consoante art. 300, do CPC;
2. Alfim, **seja julgada procedente em todos os seus termos a presente ação,** com a reparação integral do dano ambiental, nos seguintes termos:

**QUANTO AOS DANOS MATERIAIS**

* 1. No tocante ao desmatamento ilegal **em área suscetível de supressão de vegetação nativa** **sem o devido licenciamento**, a condenação **à obrigação alternativa de fazer** consistente:
     1. na obrigação de reparação do dano ***in natura* e *in integrum* mediante o imediato isolamento da área, a elaboração e execução de PRADA** (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas) até a completa regeneração da área, bem como o pagamento de lucros cessantes pelo tempo em que a sociedade se viu privada dos serviços ecossistêmicos em questão (provisionamento de água e ar puros, estocagem de carbono, reciclagem de nutrientes, regulação do microclima, polinização, etc.);
     2. **ou, alternativamente**, à obrigação de reparação do dano material mediante o licenciamento da área e a compensação do dano ambiental (princípio do **poluidor-pagador)** decorrente do desmatamento ilegal pelo pagamento de compensação “in pecunia” no valor de **{{valor\_dano\_ambiental\_material}}** (calculado conforme metodologia científica detalhada no inquérito civil em anexo);

**DANOS EXTRAPATRIMONIAIS**

* 1. A título de dano ambiental extrapatrimonial e residual, pelo desmatamento ilegal, a condenação ao pagamento de indenização no valor de **{{valor\_dano\_extrapatrimonial}}** ao Fundo Estadual de Meio Ambiente ou a projetos ou entidades cadastrados no Banco de cadastramento de Projetos, Fundos e Entidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso em benefício de projetos de universidades públicas ou de entidades desenvolvidos nesta Comarcas;
  2. À perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público (art. 14, II, da Lei n. 6.938/81) até ser declarada a integral reparação do dano;
  3. À perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito (art. 14, III, da Lei n. 6.938/81) até ser declarada a integral reparação do dano;

Requer-se prioridade de tramitação, na forma do Provimento nº 50/2008-CGJ e dos Itens 2.22.5/2.22.8 da CNGC.

Embora já tenha apresentado o Ministério Público do Estado de Mato Grosso farta prova documental pré-constituída do alegado, protesta por ulterior oportunidade para produção de todos os meios de prova admitidos em Direito, especialmente prova pericial, prova documental e prova testemunhal a ser oportunamente arrolada.

O Ministério Público manifesta **desinteresse na audiência de conciliação**, tendo em vista que, embora tenha exaustivamente se esforçado na fase extrajudicial, não houve interesse por parte do requerido.

Dá-se à causa o valor de **{{valor\_total\_dano\_ambiental}},** ainda que atutela deduzida na sua integralidade seja insuscetível de estima e redução à pecúnia, tendo em vista essencialidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Termos em que pede deferimento.

{{cidade}}, {{data\_hoje}}

**{{subscritor}}**

**{{cargo\_subscritor}}**

1. O art. 3º, inciso III, da Lei Federal 6.938/81 traz a definição legal de poluição, considerando-a "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos." [↑](#footnote-ref-0)
2. o Programa REDD+ para Pioneiros (REM). Coordenado pelos governos da Alemanha e da Inglaterra, esse programa prevê o investimento de até R$ 178 milhões nos próximos cinco anos em ações e iniciativas que visem a conservação das florestas e fomento a práticas sustentáveis, repasse que está condicionado à manutenção de taxas de desmatamento abaixo de 1.788 km². Em 2017, Mato Grosso teve 1.749 km² de áreas de florestas suprimidas, o maior índice em 10 anos, estando, portanto, na iminência de perder o referido valor. [↑](#footnote-ref-1)
3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (2017). *Valoração do Dano Ambiental: Casos Aplicados ao Estado de Mato Grosso*. Disponível em <https://pjedaou.mpmt.mp.br/valoracao-do-dano-ambiental>. [↑](#footnote-ref-2)
4. Art. 8º da, Lei 8.830/2008:

   Art. 8º Consideram-se Áreas de Conservação Permanente, na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai - BAP de Mato Grosso:

   I – os campos inundáveis;

   II – os corixos;

   III – os meandros de rios;

   IV – as baías e lagoas marginais;

   V – as cordilheiras;

   VI – os diques marginais naturais;

   VII – Nos capões de mato e murunduns; [↑](#footnote-ref-3)
5. Disponível em <<http://www.apolo11.com/meio_ambiente.php?posic=dat_20090319-080549.inc>>. [↑](#footnote-ref-4)
6. Disponível em <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=490448>. [↑](#footnote-ref-5)
7. Disponível em <http://amazonia.org.br/2016/09/pecuaria-e-responsavel-por-mais-de-80-do-desmatamento-no-brasil/>. [↑](#footnote-ref-6)
8. Disponível em <http://amazonia.org.br/2016/09/pecuaria-e-responsavel-por-mais-de-80-do-desmatamento-no-brasil/>. [↑](#footnote-ref-7)
9. <http://arte.folha.uol.com.br/tudo-sobre/desmatamento-zero/> [↑](#footnote-ref-8)
10. <https://www.fhi.ox.ac.uk/wp-content/uploads/Existential-Risks-2017-01-23.pdf> [↑](#footnote-ref-9)
11. Constituição Federal: Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV – livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (…). [↑](#footnote-ref-10)
12. Princípio da reparação integral do dano ambiental; Tutela integral do meio ambiente, com possibilidade de cumulação de obrigação de fazer, não fazer e pagar (reparação *in natura* e a compensação pelos danos materiais não passíveis de recuperação e pelo moral difuso). [↑](#footnote-ref-11)
13. Art. 297, CPC: O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória. [↑](#footnote-ref-12)